

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL (PNAES): UMA ANÁLISE SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS
GERAIS – *CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA*

DAMIÃO NOEL ROCHA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES): UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO
EVANGELISTA**

DAMIÃO NOEL ROCHA

Sob a Orientação do Professor

Dr. Tiago Badre Marino

e Coorientação do Professor

Dr. Edmar Geraldo de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica-RJ
Julho de 2019**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R672p ROCHA, DAMIÃO NOEL, 1985-
PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES): UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NO
INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPUS SÃO JOÃO
EVANGELISTA / DAMIÃO NOEL ROCHA. - Seropédica, 2019.
73 f. : il.

Orientador: Tiago Badre Marino.
Coorientador: Edmar Geraldo de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2019.

1. Programa Nacional de Assistência Estudantil. 2.
Políticas Públicas. 3. Implementação. 4. IFMG-SJE. I.
Marino, Tiago Badre, 1982-, orient. II. Oliveira,
Edmar Geraldo de, 1972-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DAMIÃO NOEL ROCHA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/07/2019

Tiago Badre Marino, Prof. Dr. UFRRJ

Andre Santos da Rocha, Prof. Dr. UFRRJ

Bruno Santos do Nascimento, Prof. Dr. (examinador externo)

DEDICATÓRIA

Dedico essa grande conquista à minha esposa, à minha filha, à minha mãe, às minhas irmãs e aos meus sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, irmãs e sobrinhos por entenderem minha ausência e sempre me apoiaram.

A minha esposa por toda compreensão e apoio durante esse período.

Ao meu orientador Tiago Badre Marino e ao meu co-orientador Edmar Geraldo de Oliveira pela disponibilidade e pelas valiosas orientações no percurso de construção deste trabalho.

Aos meus colegas da turma de mestrado pelos momentos vivenciados e palavras de incentivo. Em especial à colega Vilma por tão preciosa colaboração nas revisões desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos de Souza Abboud e a Prof^a Dr^a Sandra Regina Gregório, pelas contribuições durante a minha qualificação.

Ao IFMG e ao PPGEA pela experiência enriquecedora que foi a participação neste programa de mestrado.

RESUMO

ROCHA, Damião Noel. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): **Uma análise sobre a Implementação no Instituto Federal de Minas Gerais – campus São João Evangelista**. 2019. 73f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2019.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) visa propiciar aos estudantes das instituições federais de ensino em condições de vulnerabilidade socioeconômica, condições para permanência e conclusão dos cursos com desempenho acadêmico satisfatório. Este trabalho analisou a metodologia e critérios de execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) no *Campus São João Evangelista*, no que se refere às bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico, concedidas a estudantes dos cursos superiores, no período de 2016 a 2018, sob o olhar dos profissionais responsáveis pela sua execução e dos beneficiários atendidos. A natureza desta pesquisa é quali-quantitativa. Foram usadas três técnicas de coleta de dados: análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas e as respostas da questão discursiva do questionário passaram por uma análise de conteúdo conforme recomendado por Silva e Fossá (2015). As questões objetivas dos questionários foram processadas no *software* Microsoft Excel e na plataforma *Google Form* depois quantificados e apresentados em forma de tabelas e gráficos. Os resultados apontaram que a metodologia de execução adotada pelo IFMG-SJE em seu Programa de Assistência Estudantil (PAE) apresentou pontos falhos que contribuíram para morosidade do processo e conseqüente atraso no atendimento ao estudante em situação de vulnerabilidade. O IFMG tem concentrado esforços para aprimorar a metodologia de execução do PAE e o principal caminho encontrado para alcançar este objetivo tem sido através da informatização destes processos. Os beneficiários dos PAE do IFMG-SJE se mostraram satisfeitos com a execução deste programa no campus. Entre os pontos a serem otimizados visando melhoria nos serviços prestados aos beneficiários, destacam-se: a participação dos discentes no planejamento do PAE, a demora na seleção de bolsista, o acompanhamento dos bolsistas e a participação dos discentes na avaliação do PAE.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Assistência Estudantil; Políticas Públicas; Implementação; IFMG-SJE.

ABSTRACT

ROCHA, Damião Noel. **National Student Assistance Program (PNAES): An Analysis on Implementation at the Federal Institute of Minas Gerais - São João Evangelista campus.** 2019. 73p. Dissertation (Master in Education). Institute of Agronomy. Federal Rural University of Rio de Janeiro, RJ, 2019.

The National Program of Student Assistance (PNAES) aims to provide students of the federal institutions of education in conditions of socioeconomic vulnerability, conditions for permanence and completion of courses with satisfactory academic performance. This work analyzed the methodology and criteria for the implementation of the National Program of Student Assistance (PAE) of the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG) in the São João Evangelista Campus, in relation to scholarships of socioeconomic and academic merit awarded to students of courses, from 2016 to 2018, under the watchful eye of the professionals responsible for their execution and the beneficiaries attended. The nature of this research is qualitative-quantitative. Three techniques of data collection were used: documentary analysis, semi-structured interviews and questionnaires. The interviews and the answers to the discursive question of the questionnaire went through a content analysis as recommended by Silva and Fossá (2015). The objective questions of the questionnaires were processed in Microsoft Excel software and the Google Form platform, then quantified and presented in the form of tables and graphs. The results showed that the implementation methodology adopted by the IFMG-SJE in its Student Assistance Program (PAE) presented faulty points that contributed to the slowness of the process and consequent delay in attendance to students in situations of vulnerability. The IFMG has concentrated efforts to improve the methodology of execution of the PAE and the main route found to achieve this objective has been through the computerization of these processes. The beneficiaries of the IFMG-SJE ECPs were satisfied with the implementation of this program on campus. Among the points to be optimized in order to improve the services provided to the beneficiaries, the following stand out: the participation of the students in the planning of the PAE, the delay in the selection of fellows, the follow-up of the scholarship holders and the participation of the students in the evaluation of the PAE.

Key Words: National Program of Student Assistance; Public Policy; Implementation; IFMG-SJE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional os Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CGAE	Coordenação Geral de Atendimento ao Educando
CGEMT	Coordenação Geral de Ensino Médio e Técnico
Conecta	Sistema de gestão integrada adaptado para o IFMG
CONIF	Conselho dos Institutos Federais
CONSUP	Conselho Superior
DAP	Departamento de Administração e Planejamento
DDE	Departamento de Desenvolvimento Educacional
DIRAE	Diretoria de Assistência Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFE	Instituições Federais de Ensino
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFMG-SJE	Instituto Federal de Minas Gerais - <i>Campus</i> São João Evangelista
IN	Instrução Normativa
GAT	Grupo de Apoio Técnico
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NASIFMG	Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal Minas Gerais
PAE	Programa de Assistência Estudantil do IFMG
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGEA	Programa de Pós - Graduação em Educação Agrícola
PROPLAN	Pró-reitora de Administração e Planejamento
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
STN	Secretária de Tesouro Nacional
SysAE	Sistema de Assistência Estudantil do IFMG-SJE
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição
UNE	União Nacional dos Estudantes
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de estudantes atendidos pelo PAE do IFMG-SJE de 2016 a 2018 por nível de ensino.....	16
Gráfico 2: Cursos dos bolsistas que responderam a pesquisa	35
Gráfico 3: Tipo de bolsa que recebe.....	35
Gráfico 4: Tempo que recebe/recebeu alguma bolsa do PAE do IFMG-SJE	36
Gráfico 5: Ano em que recebeu alguma bolsa do PAE do IFMG-SJE	36
Gráfico 6: Contribuição do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE para permanência no curso	37
Gráfico 7: Satisfação com relação a participação no planejamento das ações do PAE do IFMG- SJE.....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização do município de São João Evangelista-MG.	17
Figura 2: Fluxograma dos processos do PAE do IFMG-SJE.....	25
Figura 3: Fluxograma da etapa de planejamento do PAE do IFMG-SJE.....	26
Figura 4: Fluxograma da etapa de seleção do PAE do IFMG-SJE para bolsas socioeconômicas.....	27
Figura 5: Fluxograma da etapa de seleção do PAE do IFMG-SJE para bolsas de mérito acadêmico	29
Figura 6: Fluxograma da etapa de pagamento do PAE do IFMG-SJE	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil na RFEPCT	9
Quadro 2: Temas sob responsabilidade da Assistência Estudantil na RFEPCT.....	9
Quadro 3: Informatização da Assistência Estudantil na RFEPCT.....	11
Quadro 4: Bolsas ofertadas e recursos financeiros disponibilizados no PAE do IFMG-SJE de 2016 a 2018	15
Quadro 5: Estudantes atendidos através de do PAE do IFMG-SJE de 2016 a 2018 por curso	15
Quadro 6: Dados socioeconômicos de municípios circunvizinhos a São João Evangelista...	18
Quadro 7: Valores atribuídos a características dos bolsistas para cálculo do coeficiente de correlação de Pearson	22
Quadro 8: Correspondência entre objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados ..	23
Quadro 9: Fragilidades, pontos negativos, positivos e sugestões de melhoria apontados por executores	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Satisfação dos beneficiários com relação serviços prestados na etapa de seleção de bolsistas	38
Tabela 2: Satisfação dos beneficiários com relação aos serviços prestados na etapa de pagamento das bolsas	38
Tabela 3: Coeficiente de correlação entre perfil do bolsista e a satisfação com a execução dos processos do PAE	39
Tabela 4: Percepção dos beneficiários com relação possíveis mudanças na metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE	40

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Objetivo Geral.....	2
1.2	Objetivos Específicos.....	3
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1	Políticas Públicas.....	4
2.2	Assistência Estudantil.....	5
2.3	Critérios de Implementação do PNAES nas Instituições Federais de Ensino.....	8
3	O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMG - CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA.....	12
4	MATERIAL E MÉTODOS.....	17
4.1	Local da Pesquisa.....	17
4.2	Coleta de Dados.....	18
4.3	Análise documental.....	19
4.3.1	Entrevistas semiestruturadas.....	19
4.3.2	Questionários.....	20
4.4	Análise dos Dados.....	20
4.4.1	Coefficiente de Correlação de Pearson.....	21
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	24
5.1	Metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE.....	24
5.1.1	Planejamento.....	25
5.1.2	Seleção.....	27
5.1.3	Pagamento.....	30
5.1.4	Acompanhamento.....	33
5.1.5	Avaliação.....	34
5.2	Resultados da Análise Quantitativa: Satisfação dos Estudantes Beneficiários Atendidos com Relação a Execução do PAE no IFMG-SJE.....	34
5.3	Resultados da Pesquisa Qualitativa: Entrevistas aos Servidores Responsáveis Pela execução do PAE.....	40
5.3.1	Principais fragilidades e dificuldades encontradas na execução do PAE no IFMG-SJE.....	41
5.3.2	Pontos positivos na metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE.....	46
5.3.3	Recurso orçamentário disponibilizado.....	48
5.3.4	Sugestões para otimizar a operacionalização do PAE no IFMG-SJE.....	49
5.3.5	Quadro-síntese acerca das fragilidades, pontos negativos, positivos e sugestões de melhoria.....	52
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
8	APÊNDICE.....	61
	Apêndice 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	62
	Apêndice 2 - Roteiro de entrevistas semiestruturada.....	66
	Apêndice 3 - Questionário Beneficiários.....	67
9	ANEXOS.....	72
	Anexo I - Carta de anuência.....	73

1 INTRODUÇÃO

A educação, de acordo como artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é um direito de todos os cidadãos brasileiros, tendo como um dos princípios elencados no artigo 206 da referida legislação, a igualdade de condições para o acesso e permanência. No entanto, para a parcela economicamente vulnerável da população do nosso país, o ingresso e a conclusão do ensino superior tem sido um desafio muito grande.

Há muitos anos, movimentos ligados à comunidade acadêmica, tais como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), têm se engajado em lutas para que o Estado promova a democratização do acesso e a equiparação das condições de permanência e conclusão do ensino superior, para a população em vulnerabilidade socioeconômica.

Como resultado dessas lutas o Governo Federal criou mecanismos visando a igualdade de condições para o acesso à educação. Dois importantes mecanismos criados foram o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria nº 39 de 12/12/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 e a Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas). Essas duas políticas públicas/mecanismos têm sido de grande importância para garantir o direito não só ao ingresso no ensino técnico e superior na rede federal, mas também tem possibilitado a conclusão dos cursos para aqueles que sem esse auxílio, provavelmente não conseguiriam em função da condição financeira.

Buscando atender aos preceitos do PNAES, o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) criou o Programa de Assistência Estudantil (PAE) por meio da Instrução Normativa Nº 01 de 10 de fevereiro de 2011. O público alvo deste programa é constituído por estudantes regularmente matriculados e frequentes nos cursos presenciais do IFMG, que se encontram em situação de insuficiência de recursos financeiros e socioculturais, ou seja, em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso o IFMG busca promover, através do PAE, o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, com finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e minimizar a evasão.

O principal objetivo do Programa de Assistência Estudantil do IFMG é propiciar aos seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições para permanência e conclusão dos cursos com desempenho acadêmico satisfatório. Acredita-se que o caminho traçado para alcançar tal objetivo se dá a partir da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais. Para o êxito nesta empreitada é de suma importância que a metodologia e os critérios de implementação do PAE sejam eficientes, seguros e transparentes, e sobretudo, que os estudantes atendidos recebam seus benefícios de forma constante e sem atrasos.

No Instituto Federal de Minas Gerais *campus* São João Evangelista (IFMG-SJE) tem sido recorrente a reclamação de estudantes com relação a alguns processos do PAE do IFMG como, por exemplo, nos processos de seleção e de pagamento. A seleção é feita através de análise socioeconômica, para bolsas com caráter socioeconômico. Para bolsas de cunho pedagógico (tutoria e monitoria) a seleção é realizada por meio de prova e entrevista. Em ambos os casos as regras para o certame são regidas por edital.

O processo de seleção das bolsas de caráter socioeconômico é gerido pela Diretoria de Assistência Estudantil (DIRAE), órgão localizado na Reitoria do IFMG e pelo Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG (NASIFMG). No *campus* São João Evangelista, as atividades desta etapa são executadas pela Coordenação Geral de Atendimento ao Educando (CGAE) e pelo setor de Serviço Social. A seleção das bolsas de cunho didático-pedagógico é realizada pelo próprio *campus* nas coordenações de ensino técnico e superior.

Os processos relativos ao pagamento das bolsas são de responsabilidade do IFMG-SJE e envolvem os setores de Departamento de Administração e Planejamento (DAP), Coordenação de Planejamento, Atendimento ao Educando, Serviço Social, Coordenação de Ensino Técnico, Coordenação de Ensino Superior e Setor Financeiro. O pagamento é feito através de depósito bancário na conta do beneficiário.

Os questionamentos de beneficiários atendidos pelo Programa suscitam dúvidas, relacionadas a execução do PAE no IFMG-SJE, as quais buscou-se analisar e propor encaminhamentos de melhorias a partir desta pesquisa.

Os questionamentos que orientaram a pesquisa são:

1. Como é a metodologia de execução do PAE adotada no IFMG-SJE?
2. Essa metodologia tem gerado resultados satisfatórios na gestão dos processos de seleção e pagamento das bolsas?
3. Quais as dificuldades encontradas pelos servidores envolvidos na execução deste Programa neste *campus*?
4. Os beneficiários atendidos através de bolsas estão satisfeitos com a forma como o programa tem sido executado?
- 5.

Como dito anteriormente, o PAE no IFMG é regulamentado por Instrução Normativa (IN), que define as regras básicas como critérios para seleção, descrição do tipo de benefícios, entre outras. Os fluxos e os processos são definidos por cada *campus* de acordo com sua estrutura administrativa e disponibilidade de recursos humanos.

Quando uma política pública é planejada, não é possível prever todas as peculiaridades de cada órgão que irá aplicá-la. O profissional responsável por sua execução, ou seja, aquele que tem contato direto com o atendido por tal política, vivencia esta situação de desarranjo entre o cenário previsto e o real. Conhecer as dificuldades que este profissional, também conhecido como “burocrata de nível de rua”, enfrenta na execução dessas políticas é necessário quando se deseja analisar a implementação desta.

Averiguar o nível de satisfação dos beneficiários atendidos por uma política pública ajuda a entender se os métodos aplicados na execução destas políticas estão em consonância com o que se deseja oferecer a este beneficiário. No entanto, a opinião de um pequeno grupo de usuários não pode ser vista como determinante para o veredito sobre o êxito na execução de uma política pública.

Diante do exposto foi realizada uma investigação, à luz do rigor científico, buscando uma análise crítica acerca da metodologia de execução do PAE no âmbito do IFMG-SJE considerando a ótica dos profissionais responsáveis por sua execução e dos beneficiários atendidos por este Programa.

Partiu-se da hipótese de que a metodologia de execução adotada pelo IFMG-SJE em seu PAE apresenta pontos falhos que contribuem para morosidade do processo e consequente atraso no atendimento ao estudante em situação de vulnerabilidade.

1.1 Objetivo Geral

Analisar a metodologia e critérios de execução do PAE do IFMG no *campus* São João Evangelista, no que se refere às bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico, concedidas a estudantes dos cursos superiores, no período de 2016 a 2018, sob o olhar dos profissionais responsáveis pela sua execução e dos beneficiários atendidos.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever a metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE;
- b) Identificar aspectos relevantes, fragilidades e as implicações da metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE;
- c) Investigar a ocorrência de alterações na metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE no período de 2016 a 2018;
- d) Investigar o grau de satisfação dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil no IFMG-SJE em relação à metodologia de execução deste;
- e) Propor sugestões para melhoria e normalização dos critérios de seleção e procedimentos de aplicação das bolsas do PAE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados estudos e publicações relacionados às políticas públicas, assistência estudantil e implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino (IFE) técnico e/ou superior.

2.1 Políticas Públicas

A palavra “política” pode ter vários significados no idioma português. Porém, dois sentidos desta palavra se destacam em nosso idioma: um diz respeito à luta pelo poder entre partidos políticos ou grupos sociais com interesses divergentes (CAVALCANTI, 2007); o outro sentido está relacionado a orientações para decisões e ações, tratam do conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas e do processo de construção dessas decisões (SECCHI, 2012). O primeiro significado talvez seja o mais presente no imaginário popular. No entanto, o termo “políticas públicas” se enquadra no segundo sentido, que na língua inglesa é representado pelo termo *policy*.

Para Dye (2013), política pública é qualquer coisa que o governo decide fazer ou não. Seguindo esta linha de pensamento, Cavalcanti (2007) apresenta a seguinte assertiva sobre este tema:

[...] política pública é um curso de ação ou inação, escolhido por autoridades públicas para focalizar um problema, que é expressada no corpo das leis, regulamentos, decisões e ações de governo. A política pública está relacionada com as intenções que determinam as ações de um governo; com o que o governo escolhe fazer ou não fazer; com as decisões que têm como objetivo implementar programas para alcançar metas em uma determinada sociedade; com a luta de interesses entre o governo e sociedade; ou ainda, com atividades de governo, desenvolvidas por agentes públicos ou não, que têm uma influência na vida de cidadãos. (CAVALCANTI, 2007, p.26).

Considerando as proposições dos autores supracitados, a política pública é concebida quando se busca solucionar um problema coletivo e tem o estado como ator principal. Sochi (2012) destoa de Dye (2013) e Cavalcanti (2007) no que diz respeito à participação do Estado na definição do termo políticas públicas. Ele prefere uma abordagem multicêntrica, na qual o estado não é visto como o único a protagonizar políticas públicas:

A essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política é ou não pública é a intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “pública”. (SECCHI, 2012, p.5).

Neste estudo pactuamos dos ideais de Dye (2013) e Cavalcanti (2007), considerando a política pública como um curso de ação governamental que busca solucionar um problema coletivo.

As políticas públicas se materializam como forma de leis, regulamentos, campanhas publicitárias e programas. O PNAES se enquadra como política pública enquanto uma ação do governo que busca minimizar um problema coletivo. O problema em questão são os efeitos das desigualdades sociais que dificultam a permanência e o êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômicas nas IFE.

As políticas públicas são divididas em fases que compõem um ciclo chamado de “ciclo das políticas públicas”. Na literatura são apresentados diversos modelos para esse ciclo. Para

Souza (2006), o ciclo das políticas públicas é dividido em: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Dye (2013) divide este ciclo em: identificação do problema, agenda, formulação, legitimação, implementação e avaliação. Nessa mesma linha de pensamento Lotta (2008) descreve as etapas de agenda (quando são decididos os assuntos que serão trazidos e debatidos na esfera pública); formulação (quando são especificadas as alternativas e elaborados os planos de ação); implementação (quando as políticas são colocadas em prática) e avaliação (quando são verificados os resultados das políticas implementadas). Apesar de nomenclaturas e número de fases diferentes, os modelos apresentados por estes autores são semelhantes em sua essência.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a execução do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE. Portanto, daremos foco na fase de implementação, pois, é nela que as políticas, formuladas pelo governo são colocadas em prática e transformadas em atos concretos. De acordo com Dye (2013), essa fase envolve todas as atividades destinadas a executar as políticas aprovadas pelo Poder Legislativo. Para Cavalcanti (2007), a fase de implementação é vista como a “efetivação” da política, o momento do processo de elaboração da política em que existe a preocupação de transformar intenções de política em ações.

Roth Deubel (2002) alega que uma implementação perfeita é inalcançável e que é utópica a percepção da implementação de decisões públicas como um problema puramente administrativo, técnico, de execução simples, impessoal. Segatto (2012) apresenta as duas principais correntes teóricas sobre o tema como sendo *top-down* e *bottom-up*. Os adeptos da primeira buscam verificar os mecanismos que levariam a implementação se aproximar da formulação da política. Os adeptos da segunda acreditam que a implementação modifica a formulação.

Para a corrente *top-down* (de cima para baixo) o ciclo das políticas públicas é linear, a responsabilidade pela implementação da política repousa quase que exclusivamente na atuação dos burocratas de ‘alto-nível’ que “comandam” aqueles situados nos níveis ‘mais baixos’, os quais possuem escasso grau de discricionariedade (CAVALCANTI, 2007). Esta corrente defende que haja o controle do processo de implementação e dos implementadores, para evitar desvios nos objetivos formulados (SEGATTO, 2012). De acordo com Lotta (2008) esse modelo reflete nas estruturas tradicionais de governança, com a política sendo feita no topo e executadas por agentes de acordo com esses objetivos, focada no controle e hierarquia.

A corrente *bottom-up* (de baixo para cima) acredita que não é possível um controle total da implementação e que a interação entre os burocratas dos níveis mais baixos, os implementadores, com os cidadãos atendidos influenciam esta etapa alterando a política pública formulada (SEGATTO, 2012). Para Lotta (2008), essa corrente parte do pressuposto de que o processo de implementação transforma e adapta as políticas originais sendo o burocrata de nível de rua, o implementador, um dos elementos mais importantes neste processo.

Neste estudo a implementação do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE será abordado na perspectiva da corrente *bottom-up*, considerando que os servidores do IFMG responsáveis pela execução do PAE nesta instituição necessitam adaptar a política pública para as especificidades que encontram no momento de coloca-la em prática.

2.2 Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil apresenta diversas definições na literatura, comungamos com a visão de Vasconcelos (2010):

A Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e

superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (VASCONCELOS, 2010, p. 609)

Assim como propõe o autor, neste trabalho a assistência estudantil é abordada a partir da premissa de que esta é um direito dos estudantes e aplicada com o intuito de auxiliar aqueles que necessitem superar os obstáculos de natureza socioeconômica e ou pedagógica a fim de promover condições para que todos os estudantes possam permanecer em seu curso com bom desempenho curricular.

Segundo Oliveira (2016), as ações de assistência estudantil na rede federal de ensino surgiram em 1909, a partir da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices. O decreto que as instituiu previa ações de apoio aos estudos dos órfãos, abandonados e desvalidos através de cooperativas e caixas de mutualidade entre os aprendizes. Contudo, Queirós (2015) alega que “até a década de 20, a educação, assim como as demais políticas sociais, não eram alvo de preocupação governamental. O acesso à educação era privilégio de uma minoria detentora de poder econômico, que recorria inclusive aos estudos no exterior”. Galdino (2016) também aponta a década de 1920 como sendo o início das primeiras ações de destaque da assistência estudantil no Brasil.

De acordo com Queirós (2015), Jesus (2016), Oliveira (2016) e Galdino (2016) a partir da Constituição de 1934, a assistência estudantil passa a ser tratada como política social de responsabilidade estatal. Sacramento (2015), Oliveira (2016) e Galdino (2016) alegam que somente com a Constituição Federal de 1988, a assistência estudantil passa a ser dever do Estado.

Porém, apesar de constar na legislação como dever do Estado, os recursos para as ações de assistência estudantil dependiam da disponibilidade orçamentária das próprias instituições, a destinação de recurso orçamentário específico para a assistência estudantil só veio com a criação do PNAES, instituído pela Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC), nº 39 de 12 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo decreto 7.234/2010 (GALDINO, 2016; OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Fernandes (2012), o PNAES originou-se de lutas de movimentos estudantis e sociais por maiores condições de acesso e manutenção de estudantes carentes. Queirós (2015) e Almeida (2013) acrescentam que além da pressão dos movimentos sociais, o alto custo com evasão nas IFE como um dos motivos que levou o governo à implantar o Programa.

Pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, entre os anos de 1996 e 2003, a pedido da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), tiveram um papel muito importante na implantação do PNAES. Estas pesquisas demonstraram que nem todos os estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) eram jovens de classes sociais mais elevadas. Grande parte pertencia às classes C, D e E, destacando a assistência estudantil como fundamental para garantia de permanência desses estudantes até a conclusão do curso (ALMEIDA, 2013; GALDINO, 2016).

Essas pesquisas do FONAPRACE não foram os únicos parâmetros utilizados para a criação do PNAES. Almeida (2013) lista outros fatores que também tiveram papel importante para elaboração do PNAES.

Diante dos resultados das pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos alunos, das experiências individuais de Instituições na área de assistência estudantil e da legislação que assegura ao aluno com fragilidade econômica condições iguais para permanência e conclusão do curso, foi apresentado à ANDIFES pelo FONAPRACE a proposta de criação de um Fundo para Assistência Estudantil, equivalente a 10%

do orçamento anual de Outros Custeios e Capital das IFES. (ALMEIDA 2013, p. 42)

O PNAES visa ampliar condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que ingressam no ensino público federal. Para Graeff (2014), é papel da comunidade acadêmica a elaboração de estratégias para auxiliar os estudantes a superar os entraves que por vezes o impossibilitam de concluir a graduação e a assistência estudantil é uma importante ferramenta neste processo.

Somando a essa linha de raciocínio, Conceição (2017) diz que se o objetivo do PNAES é a permanência e o êxito do estudante, logo ele deveria “contemplar ações relacionadas às outras dimensões que levam à evasão e ao baixo rendimento escolar”. Os problemas que levam o estudante a evadir nem sempre são de cunho econômico. Podem ser também de cunho cognitivo, social, entre outros e os Programas de Assistência Estudantil das instituições de ensino devem abranger todos esses aspectos.

Para o cumprimento dos objetivos propostos pelo PNAES, as atividades e ações da assistência estudantil deverão estar fundamentadas no tripé: ensino, pesquisa e extensão (MACEDO, 2014). Corroborando com a afirmativa acima, Conceição (2017) aponta que priorizar ou atuar somente no viés econômico pode não contribuir efetivamente para atingir os propósitos do Programa, sendo necessário um conjunto de ações articuladas muito além da simples oferta de auxílios financeiros. Fernandes (2012), ressalta que a atenção dada à permanência deve acontecer durante todo o período escolar, pois a flutuação ou inconstância do recebimento da bolsa ano a ano gera angústia e desgaste ao aluno.

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (que dispõe sobre o ingresso nas IFE), regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 é um marco importante na ampliação das oportunidades de acesso aos egressos de escolas públicas às IFE reservando até 50% das vagas ofertadas para esse estrato. Para Galdino (2016) e Magalhães (2013) as políticas de ampliação de acesso mudaram o perfil dos estudantes e colocaram a assistência estudantil sob um novo ângulo dentro da política de educação superior.

Almeida (2013) alega que a melhoria nas condições de acesso voltado para grupos, classes sociais e raça, somado ao aumento na quantidade de vagas ofertadas pelas IFES, objetiva corrigir uma distorção que vem ocorrendo durante a história do ensino público brasileiro, onde estes grupos são privados do direito à educação de qualidade. Com ideias semelhantes, Queirós (2015) postula que o PNAES ter como alvo os alunos oriundos das classes trabalhadoras é um passo importante para consolidar os direitos de uma parcela da população que foi excluída do processo educacional por muito tempo.

Apesar do público alvo das ações da Assistência Estudantil ser os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, essas ações devem garantir o direito às condições de acesso e permanência, considerando as necessidades estudantis demandadas em sua trajetória acadêmica a todos os alunos (NASCIMENTO, 2014).

A relevância do PNAES para a permanência e êxito dos estudantes nas IFE é reafirmada em diversas pesquisas (ALMEIDA, 2013; CONIF, 2018; FERNANDES, 2012; GALDINO, 2016; GRAEFF, 2014; MACEDO, 2014; MAGALHÃES, 2013; OLIVEIRA, 2014; QUEIRÓS, 2015). No entanto estudos demonstram que, isoladamente, os auxílios ofertados pelo Programa não são capazes de suprir as necessidades dos estudantes oriundos das classes mais pobres da sociedade, sendo necessária, em alguns casos, a complementação financeira através do auxílio dos pais ou do próprio estudante (FERNANDES, 2012; MAGALHÃES, 2013; QUEIRÓS, 2015)(FERNANDES, 2012; MAGALHÃES, 2013; QUEIRÓS, 2015).

2.3 Critérios de Implementação do PNAES nas Instituições Federais de Ensino

O decreto 7.234/2010 não estabelece uma forma rígida para a implementação do PNAES, traça apenas diretrizes a serem seguidas, dando liberdade para instituições criarem suas próprias regras. Entre as diretrizes apontadas estão as ações de assistência estudantil a serem desenvolvidas que são: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Esse decreto destaca também a necessidade de “viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. Além disso, estabelece prioridade de atendimento a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, deixando os demais critérios de seleção a cargo das IFE (BRASIL, 2010).

De acordo com o relatório de 2018 do Conselho dos Institutos Federais (CONIF), a execução da Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é organizada de diferentes formas e sendo desenvolvidas em setores ou coordenações diferentes nas instituições que compõem essa rede. As ações da assistência estudantil estão alocadas da seguinte forma na estrutura organizacional das instituições que compõem a RFEPCT: 02 Pró-Reitorias, 21 Diretorias, 04 Departamentos, 07 Coordenações, 03 Assessorias, 01 Secretaria, 01 Seção e 02 Pró-reitorias ligadas à Extensão. Os profissionais que atuam nos setores dividem-se nas seguintes categorias: 36,6% são docentes (15 Instituições) e 63,4% (26 Instituições) são da carreira de técnico-administrativos, percebendo-se maior presença de servidores da área técnica nas ações da Assistência Estudantil. Desse universo, tem-se que 08 (oito) servidores não ocupam cargos comissionados (19,5%) e 33 ocupam cargos comissionados na instituição (80,5%). Para os autores esses números demonstram que as Instituições que compõem a RFEPCT dão a devida importância para a Assistência Estudantil. No organograma do IFMG o setor responsável pela Assistência Estudantil está no nível de Diretoria e é ligado à Pró-reitora de Extensão, sendo um cargo comissionado.

Para Jesus (2016), a diversidade nas formas de execução do PNAES se deve à autonomia concedida às IFE pelo decreto 7.234/2010 e alega que isso ocorreu pela “...inexistência de uma discussão coletiva em nível nacional sobre a Assistência Estudantil e sua implementação nos IF”. Pontua também que tal autonomia permite às instituições trabalharem em sintonia com sua realidade local e regional.

Com relação à formação acadêmica dos gestores da Assistência Estudantil na RFEPCT, de acordo com o relatório do CONIF (2018), entre os que são docentes dois têm graduação em Letras; dois em Educação Física; um em Filosofia; dois em Administração; um em Agronomia; um com formação em História; um com formação em Matemática e cinco que não informaram sua formação. Já entre os gestores Técnicos Administrativos, dez têm formação em Serviço Social; cinco em Pedagogia; cinco em Psicologia; um em Direito; um em Gestão Pública e quatro não informaram sua área de formação. No IFMG o gestor da Assistência Estudantil é Técnico Administrativo com formação em Serviço Social.

O **Quadro 1** apresenta as principais ações do PNAES ofertados nos Programas de Assistência Estudantis das instituições que a compõem a RFEPCT. Os Temas sob responsabilidade da Assistência Estudantil nessas mesmas instituições são expostos no **Quadro 2**.

Quadro 1: Ações desenvolvidas pela Assistência Estudantil na RFEPCCT

Ação	Número de Instituições
Acesso, participação e aprendizagem	27
Programas relacionados à alimentação	37
Apoio pedagógico	36
Atenção à saúde	31
Apoio a atividades culturais	30
creche	13
Atividades ligadas ao esporte	31
Inclusão digital	12
Moradia estudantil	35
Transporte	33
Vulnerabilidade econômica	38

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CONIF (2018)

Quadro 2: Temas sob responsabilidade da Assistência Estudantil na RFEPCCT

Ação	Número de Instituições	Instituições
Políticas de acesso e ingresso	22	IFGoiano, IFSudesteMG, IFES, IFS, Colégio Pedro II, IFRO, IFB, IFPI, IFRR, IFSC, IFF, IFSULDEMINAS, IGMG, IFPA, IFCE, IFMS, IFFar, IFSul, IFPB, IFRS, IFAP, IFAM.
Políticas de inclusão / P.N.E	24	IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFAL, IFPR, IFSC, IFTM, IFF, IFSULDEMINAS, IFMA, IFRJ, Colégio Pedro II, IFBA, IFPA, IFCE, IFNMG, IFFar, IFBaiano, IFPB, IFAP, IFC, IFSudesteMG, IFES, IFS.
Políticas de igualdade e combate à violência	22	IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFAL, IFPE, IFRR, IFF, IFSul MG, IFMG, IFBA, IFRJ, IFNMG, IFFar, IFBaiano, IFPB, IFMT, IFC, IFAM, IFGoiano, Cefet MG, IFS, Colégio Pedro II
Políticas de promoção da igualdade de gênero	20	IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFAL, IFRJ, IFF, IFSULDEMINAS, IFBA, IFCE, IFS, IFNMG, IFFar, IFBaiano, IFPB, Colégio Pedro II, IFAP, IFMT, IFC, IFAM, IFGoiano.
Políticas de promoção da identidade indígena/negra/quilombola	22	IFGoiano, IFRJ, IFES, IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFAL, IFPE, IFRR, IFSC, IFSP, IFF, IFSULDEMINAS, IFBA, IFNMG, IFFar, IFBaiano, IFPB, IFAP, IFMT, IFC, IFAM
Política de promoção jogos esporte	22	IFGoiano, Colégio Pedro II, IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFPE, IFPR, IFSC, IFTO, IFTM, IFF, IFSULDEMINAS, IFMG, IFMA, IFFar, IFBaiano IFRN, IFPB, IFAP, IFG, IFC, IFAM.
Política promoção arte/cultura/ organização de festas	18	IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFSC, IFTM, IFF, IFSULDEMINAS, IFMG, IFMA, IFBA, IFFar, IFBAIANO, IFG, IFC, IFAM, IFGoiano, IFS,

		Colégio Pedro II.
Política de apoio aos movimentos estudantis	32	IFAC, IFRO, IFB, IFSertãoPE, IFAL, IFPE, Cefet RJ, IFRR, IFSC, IFSP, IFTO, IFF, IFSULDEMINAS, IFMG, IFMA, IFBA, IFCE, IFNMG, IFFar, IFBaiano, IFRN, IFPB, IFRS, IFMT, IFG, IFC, IFAM, IFGoiano, IFSudesteMG, Cefet MG, IFRJ, IFS.

Fonte: CONIF (2018, p.45)

Conceição (2017) identificou uma tendência, nas IFE, pelo atendimento aos estudantes nas modalidades de auxílio moradia, alimentação, transporte e creche. Para a autora isso ocorre em função de restrições na aplicação dos recursos da assistência estudantil destinados a investimento que demandam procedimentos burocráticos como projeto técnicos, licitações e outros, enquanto os recursos destinados a custeio, caso das concessões de auxílios como nas modalidades citadas, basta apenas seleção de beneficiários através de edital.

CONIF (2018) apontou as atribuições dos profissionais da RFEPCT que atuam Assistência Estudantil como sendo:

Cabe também aos profissionais que atuam na Assistência Estudantil, sobretudo no que diz respeito aos recursos, benefícios, relatórios, entre outros: analisar e diagnosticar problemas; tabular dados; administrar recursos; distribuir recursos aos campi; controlar o pagamento de bolsas; apoiar a logística no lançamento dos editais; operacionalizar o programa Bolsa Permanência; propor normas e critérios para as ações dos programas; propor metodologia de avaliação; elaborar projetos e relatórios; distribuir benefícios; fazer triagem para recebimento de benefícios. (CONIF , 2018 p.48)

Para os autores supracitados, o número de servidores que atuam na Assistência Estudantil, tanto nas Reitorias quanto nos *campi* da RFEPCT é insuficiente para execução dos trabalhos de forma a atender todos os preceitos do decreto 7.234/2010. Segundo esse órgão, no caso dos *campi*, em um visão superficial, o número de servidores das equipes parece significativo, mas quando observado a quantidade de *campi* percebe-se que é necessário aumentar o número de servidores para composição de equipe mínima nos *campi* em algumas funções em que o número de profissionais não é suficiente para atender a todos os *campi*.

Outra questão importante diz respeito à eficiência na gestão do PNAES, haja vista, que a existência da previsão orçamentária não garante que os estudantes receberão o recurso nos prazos estabelecidos. Nesta perspectiva, Conceição (2017), Jesus (2016), Queirós (2015) Reis (2016) e Sacramento (2015) apontam como principais dificuldades na gestão, execução e avaliação do Programa de Assistência Estudantil nas IFE:

- a) morosidade e burocracia nos processos de inscrição e seleção;
- b) indisponibilidade de servidores em número suficiente nos setores envolvidos;
- c) atrasos nos pagamentos;
- d) dificuldade de acesso aos dados como frequência, desempenho e parcelas pagas para acompanhamento dos estudantes beneficiários;
- e) falta de avaliação do Programa;
- f) falta de um sistema informatizado para atendimento do PAE.

Um das principais alternativas apontadas por estes autores para minimizar os problemas é utilização de *software* específico para gestão e execução do Programa de Assistência Estudantil. Em relação à utilização de ferramentas computacionais, Cavalheiro

(2013) destaca sua importância, principalmente no arquivamento de informação, na sistematização de dados e gestão de programas de assistência estudantil.

Jesus (2016) propõe a criação de um sistema integrado de inscrição, monitoramento e avaliação da assistência estudantil do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais por considerar o processo de inscrição, acompanhamento e sistematização dos dados uma das fragilidades do Programa naquela instituição. Galdino (2016) também corrobora com tais proposições ao destacar que a elaboração de um sistema informatizado para o acompanhamento das ações da assistência estudantil é parte de um planejamento efetivo na gestão do orçamento.

Pinto (2015) indica que a implantação de um *software* específico na Universidade Federal Fluminense (UFF) reduziu o tempo para os estudantes realizarem a sua inscrição no processo de seleção e facilitou a participação dos discentes das unidades localizadas no interior do estado.

CONIF (2018) apresenta um levantamento na RFEPCT com relação a utilização de sistemas informatizados para gestão dos recursos, monitoramento, avaliação das ações, seleção e acompanhamento dos estudantes. O resultado desse levantamento (Quadro 3) demonstrou que 39% das instituições possuem sistemas informatizados para a gestão dos Recursos e dos Programas de Assistência Estudantil, sendo que, do percentual restante, 39% estão com sistemas em processo de desenvolvimento e 22% não possuem sistemas.

Quadro 3: Informatização da Assistência Estudantil na RFEPCT

Situação	Número de Instituições	Instituições
Possuem e utilizam sistema informatizado	16	Cefet RJ, IFPI, IFRR, IFG, Cefet MG, IFS, IFSC, IFF, IFSULDEMINAS, IFMA, IFPA, IFCE, IFRN, IFPB, IFAL, IFPE
Não possuem sistema informatizado	9	IFES, IFMS, IFNMG, IFSertão PE, IFAP, IFMT, IFC, IFAM, IFSudeste MG
Tem sistema em processo de desenvolvimento	16	IFPR, IFSP, IFTO, IFTM, IFMG, IFBA, IFFar, IFBaiano, IFSul, IFAC, IFRO, IFB, IFRS, IFGoiano, IFRJ, Colégio Pedro II

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CONIF (2018)

Além da utilização de *softwares* especializados, outras ações como aumento do número de servidores nas atividades de execução do PNAES (FERNANDES, 2012; SACRAMENTO, 2015) e alterações nas metodologias utilizadas (CONCEIÇÃO, 2017; GALDINO, 2016; JESUS, 2016; PINTO, 2015; REIS, 2016) são indicadas para otimizar a execução do PAE nas IFE e melhorar o atendimento prestado aos beneficiários. Questões orçamentárias como aumento no valor destinado ao Programa e agilidade no repasse dos recursos às IFE também são citados por alguns autores (CONIF, 2018; GALDINO, 2016; REIS, 2016; QUEIRÓS, 2015), mas essas situações dependem da Secretaria de Orçamento Federal, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação ficando fora do raio de ação das IFE.

3 O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFMG - *CAMPUS* SÃO JOÃO EVANGELISTA

No IFMG-SJE as ações de assistência estudantil se fazem presentes desde a década de 1980, através da oferta de moradia e alimentação, atendimento médico ambulatorial e psicológico. Com a regulamentação do PNAES, por parte do governo federal, o IFMG criou o Programa de Assistência Estudantil (PAE) por meio da IN 01 de 10 de fevereiro de 2011, tendo como público alvo estudantes de cursos de nível técnico e superior e subdividido em cinco categorias: por critérios socioeconômicos, por mérito acadêmico, por necessidades educacionais especiais, como complemento das atividades acadêmicas e o seguro saúde. O objetivo do PAE do IFMG é propiciar a seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições para permanência e conclusão dos cursos com desempenho acadêmico satisfatório.

A cada ano é emitida uma nova IN para regulamentar o PAE no IFMG que deve ser avaliada e revisada ao término do ano de vigência. A última IN emitida para este fim foi a 01 de 2017, na qual foram feitas alterações nas categorias e benefícios ofertados que vigoravam desde 2011.

A partir de 2017 o PAE do IFMG passou a ter três categorias (de caráter socioeconômico, por mérito acadêmico e como complemento das atividades acadêmicas), sendo que as categorias “por necessidades educacionais especiais” e “Seguro Saúde” passaram a fazer parte da categoria como complemento das atividades acadêmicas. Além da alteração citada, as bolsas dos projetos de pesquisa e extensão que constavam na categoria “por mérito acadêmico” deixaram de fazer parte do PAE do IFMG e passaram a ter regulamentação própria.

A definição do orçamento previsto para assistência estudantil é intrínseca ao planejamento orçamentário anual da instituição. No IFMG o “Colégio de Dirigentes” composto pelo Reitor, diretores-gerais dos *campi* e Pró-reitores estabelecem as políticas institucionais para o ano subsequente e a Pró-reitoria de Administração e Planejamento (PROPLAN), juntamente com os Setores respectivos nos *campi*, elaboram o planejamento orçamentário anual do Instituto, com participação de todos os setores da instituição (MARTA, 2012).

Ainda segundo a mesma autora, “os limites orçamentários de cada *campus* são estabelecidos pela matriz do CONIF, que utiliza como principal fonte de referência o número de matrículas ponderadas e o número de alunos em regime de internato.” Esse processo é semelhante ao relatado por Sousa (2015), onde o autor aponta que a elaboração do orçamento dos Institutos Federais é feito em conjunto com Reitoria e *campi* através do plano de trabalho anual, e depois incluso no orçamento geral do Instituto que é enviado ao MEC e constará na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No caso específico da assistência estudantil do IFMG, a previsão orçamentária contida na matriz do CONIF poderá ser incrementada com recursos da própria instituição, o que normalmente ocorre na definição das políticas institucionais no âmbito do Colégio de Dirigentes. A gestão do recurso caberá à DIRAE, vinculada à Pró-reitoria de Extensão sediada na Reitoria, e aos respectivos setores dos *campi*, que estabelecem a quantidade e tipos de auxílios que serão ofertados aos estudantes. Os *campi* fazem a seleção dos bolsistas por meio de edital público e assim que o recurso orçamentário chega à Reitoria é repassado aos *campi* para que os mesmos realizem o empenho.

Atualmente o Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE é composto por benefícios ofertados a partir de critérios socioeconômicos, concedidos por mérito acadêmico e

para complemento das atividades acadêmicas. Os benefícios ofertados a partir de critérios socioeconômicos visam reduzir os índices de evasão, de retenção e o baixo desempenho acadêmico decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Já os benefícios concedidos por mérito acadêmico têm por objetivos oferecer apoio didático-pedagógico na formação acadêmica e profissional dos alunos. As ações complementares às atividades acadêmicas abrangem: seguro escolar; serviços de saúde; programas que incentivem as práticas culturais e esportivas; atividades pedagógicas complementares ao ensino e apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais. Os benefícios ofertados no *campus* São João Evangelista nestas três categorias são:

A. De caráter socioeconômico

A.1. Bolsa Permanência:

Auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência do estudante possibilitando a integralização do seu curso. São ofertados quatro tipos desse benefício sendo: bolsa permanência 01 no valor de R\$400,00, bolsa permanência 02 no valor de R\$300,00, bolsa permanência 03 no valor de R\$200,00 e bolsa permanência 04 no valor de 150,00. Os tipos são definidos pelo grau de dificuldade do estudante em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais variando de: alto grau de dificuldade, dificuldade, médio grau de dificuldade e baixo grau de dificuldade para os tipos 1, 2, 3 e 4 respectivamente.

O quantitativo de bolsas ofertadas para cada tipo de bolsa permanência é determinado em função da estrutura que cada *campus*/município disponibiliza para o apoio a permanência do estudante, tais como: moradia, restaurante, transporte, além das particularidades referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o custo de vida de cada região. A definição é feita de acordo com a análise realizada pelo NASIFMG, considerando os critérios elencados e a disponibilidade financeira. Como o IFMG-SJE possui restaurante e alojamento eles são priorizados em detrimento das bolsas permanência. (IFMG, 2018a).

A.2. Moradia:

Concessão de moradia nos alojamentos do *campus* a estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais, na modalidade Técnico Integrado de nível médio, menores de 18 anos, que não residam na cidade de São João Evangelista, priorizando os estudantes selecionados por critérios da metodologia de avaliação socioeconômica adotada pelo IFMG. (IFMG-SJE, 2018a).

A.3. Auxílio Alimentação:

São concedidas refeições gratuitas ao estudante de acordo com o calendário escolar do ano letivo na Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) do IFMG-SJE (IFMG-SJE, 2018b).

B. Por mérito acadêmico

B.1. Bolsa de Monitoria:

Tem como alvo estudantes do ensino técnico integrado para acompanhar e auxiliar o docente em atividades relacionadas ao componente curricular. (IFMG-SJE, 2018c).

B.2. Bolsa de Tutoria:

Tem como alvo estudantes do ensino superior que irão atuar em atividades complementares de ensino tendo como atribuições: ajudar na aquisição dos conhecimentos por parte dos estudantes; trabalhar sob a orientação do professor da disciplina em atividades individuais e/ou em grupo; ministrar atividades de reforço extraclasse para estudantes com baixo rendimento escolar; atuar em atividades de laboratório, quando for o caso, supervisionado por um professor e auxiliar na correção de relatórios técnicos e/ou trabalhos da disciplina sob orientação do professor (IFMG-SJE, 2018c).

C. Complemento das atividades acadêmicas

- C.1. Seguro escolar:** Cobertura para morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médicas, hospitalares e odontológicas a todos os estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais no IFMG (IFMG, 2017a).
- C.2. Assistência a saúde:** Assistência psicológica, atendimento odontológico, serviço social e atendimento ambulatorial (IFMG, 2017a).
- C.3. Cultura e Esporte:** Programas que incentivam as práticas culturais e esportivas.
- C.4. Auxílio visita técnica:** Auxílio financeiro para alimentação, hospedagem e transporte, a estudantes para participação em visitas técnicas (IFMG, 2017a).
- C.5. Auxílio participação discente em eventos:** Auxílio financeiro para inscrição, alimentação, hospedagem e transporte, a estudantes para participação em eventos (IFMG, 2017a).

Os auxílios da categoria complemento das atividades acadêmicas são de acesso universal a todos os estudantes matriculados e frequentes nos cursos regulares do IFMG-SJE. Para as demais categorias os estudantes são selecionados através de edital, para o período de um ano.

No ano de 2018 o IFMG-SJE possuía cerca de 1.250 estudantes matriculados em diversos níveis de ensino: técnico integrado, técnico subsequente, graduação e pós-graduação *latu sensu*. Desse total de estudantes, aproximadamente 300 (24%) são atendidos pelo PAE do IFMG-SJE através de repasse financeiro por meio de bolsa. As informações acerca da quantidade de bolsas ofertadas, recurso financeiro disponibilizado e estudantes atendidos entre os anos 2016 e 2018, são apresentadas nos **Quadro 44** e **5**. A proporção de estudantes atendidos neste mesmo período por nível de ensino curso estão dispostos no **Gráfico 1**. As informações usadas para elaboração do gráfico e dos quadros foram coletadas nos editais de seleção, no Setor de Serviço Social e no Departamento de Administração e Planejamento do IFMG-SJE.

Quadro 4: Bolsas ofertadas e recursos financeiros disponibilizados no PAE do IFMG-SJE de 2016 a 2018

Tipo de bolsa	Valor da bolsa	Quantidade de parcelas	Quantidade ofertada por ano			Recurso financeiro disponibilizado		
			2016	2017	2018	2016	2017	2018
Auxílio moradia	R\$ 130,00	12	57	-	-	R\$ 88.920,00	-	-
Auxílio transporte municipal	R\$ 131,00	10	115	-	-	R\$ 150.650,00	-	-
Auxílio creche	R\$ 200,00	10	12	-	-	R\$ 24.000,00	-	-
Permanência 02	R\$ 300,00	10	-	23	13	-	R\$ 69.000,00	R\$ 39.000,00
Permanência 03	R\$ 200,00	10	-	19	21	-	R\$ 38.000,00	R\$ 42.000,00
Permanência 04	R\$ 150,00	10	-	197	265	-	R\$ 295.500,00	R\$ 397.500,00
Monitoria	R\$ 200,00	-	14	9	9	R\$28.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 16.200,00
Tutoria	R\$ 400,00	-	12	14	14	R\$ 48.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 50.400,00
Total	-	-	184	239	299	R\$ 339.570,00	R\$ 476.500,00	R\$ 545.100,00

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 5: Estudantes atendidos através de do PAE do IFMG-SJE de 2016 a 2018 por curso

Curso	Estudantes atendidos por ano		
	2016	2017	2018
Bacharelado em Administração	0	0	12
Bacharelado em Agronomia	38	49	56
Bacharelado em Engenharia Florestal	14	40	53
Bacharelado em Sistemas de Informação	33	33	36
Licenciatura em Matemática	32	42	51
Tecnólogo em Silvicultura	2	2	0
Técnico em Agrimensura	0	0	5
Técnico em Agropecuária	28	38	34
Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	19	25	19
Técnico em Nutrição e Dietética	32	31	51
Total	198	260	317

Fonte: elaborado pelo autor

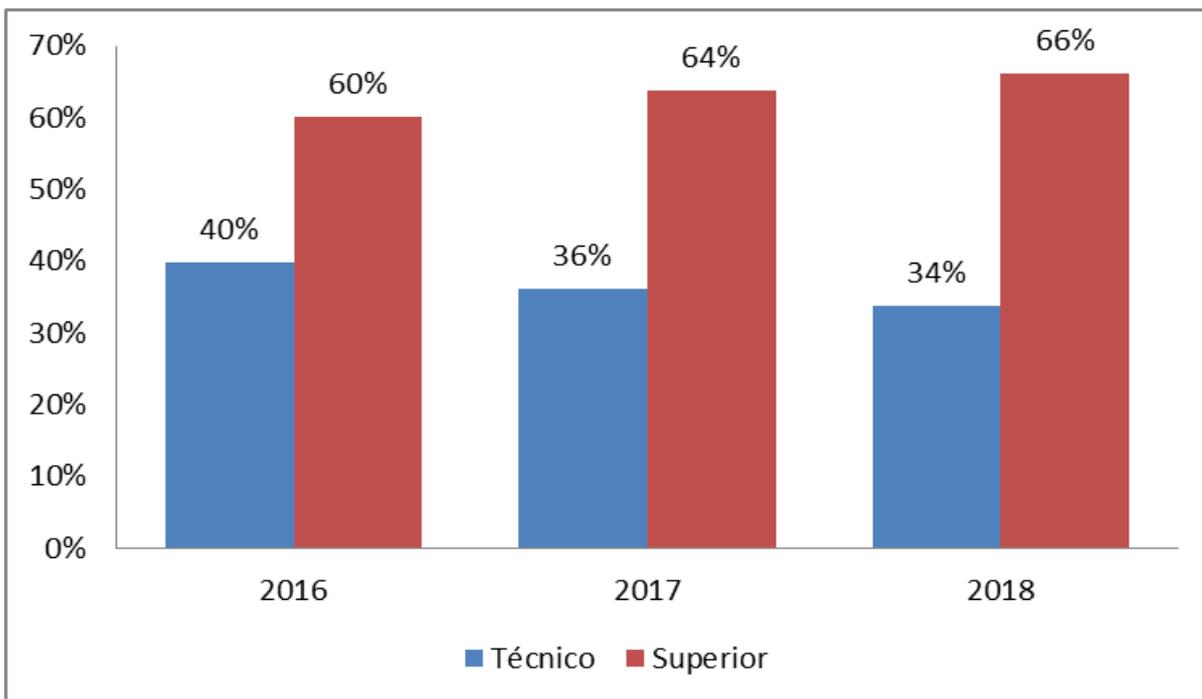


Gráfico 1: Proporção de estudantes atendidos pelo PAE do IFMG-SJE de 2016 a 2018 por nível de ensino.

Fonte: elaborado pelo autor.

Com reformulação do PAE, ocorrida em 2017, as categorias auxílio moradia, auxílio transporte e auxílio creche, entre outras que já não eram ofertadas no *campus* São João Evangelista, foram convertidas em bolsa permanência. Os cursos Bacharelado em Administração e Técnico Subsequente em Agrimensura foram criados no ano de 2018 e o curso Tecnólogo em Silvicultura parou ser ofertado em 2014.

Os estudantes dos cursos superiores são predominantes entre os beneficiários do PAE através de bolsas com repasse financeiro direto ao atendido (**Gráfico 1**), isso pode ser consequência do atendimento exclusivo a alunos dos cursos técnico integrado nos alojamentos do *campus*. São 174 vagas, sendo 110 no masculino e 64 no feminino, exclusivas para estudantes do ensino técnico integrado cujas famílias não residam no município de São João Evangelista. Além disso, os estudantes desse nível de ensino têm alimentação gratuita na UAN do *campus*.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva com abordagem quali-quantitativa. A opção pela abordagem mista se deve ao fato de acreditar-se que a combinação desses dois tipos abordagens acarretará numa melhor compreensão das questões levantadas na presente pesquisa. De acordo com Dal-Farra e Lopes (2013), “ao utilizar múltiplas abordagens, torna-se possível produzir trabalhos nos quais haja uma contribuição mútua das potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais abrangentes em relação aos problemas de pesquisa formulados”.

Dentre as diversas ações do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE entre os anos de 2016 a 2018, serão foco deste estudo as seguintes bolsas: Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Permanência, Monitoria e Tutoria. A escolha por esses benefícios se justifica por serem os que representam repasse financeiro direto aos beneficiários de forma constante, além de sua importância no atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade social e por sua função didática e pedagógica.

4.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no *Campus* São João Evangelista do Instituto Federal de Minas Gerais. O IFMG-SJE está situado na cidade de São João Evangelista, um município de 478,29 Km² de área, com população aproximada de 16.000 habitantes, localizada na região Centro Nordeste do Estado, no Vale do Rio Doce, mais especificamente na Bacia do Suaçuí, próximo aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, distante 280 km de Belo Horizonte (**Figura 1**).

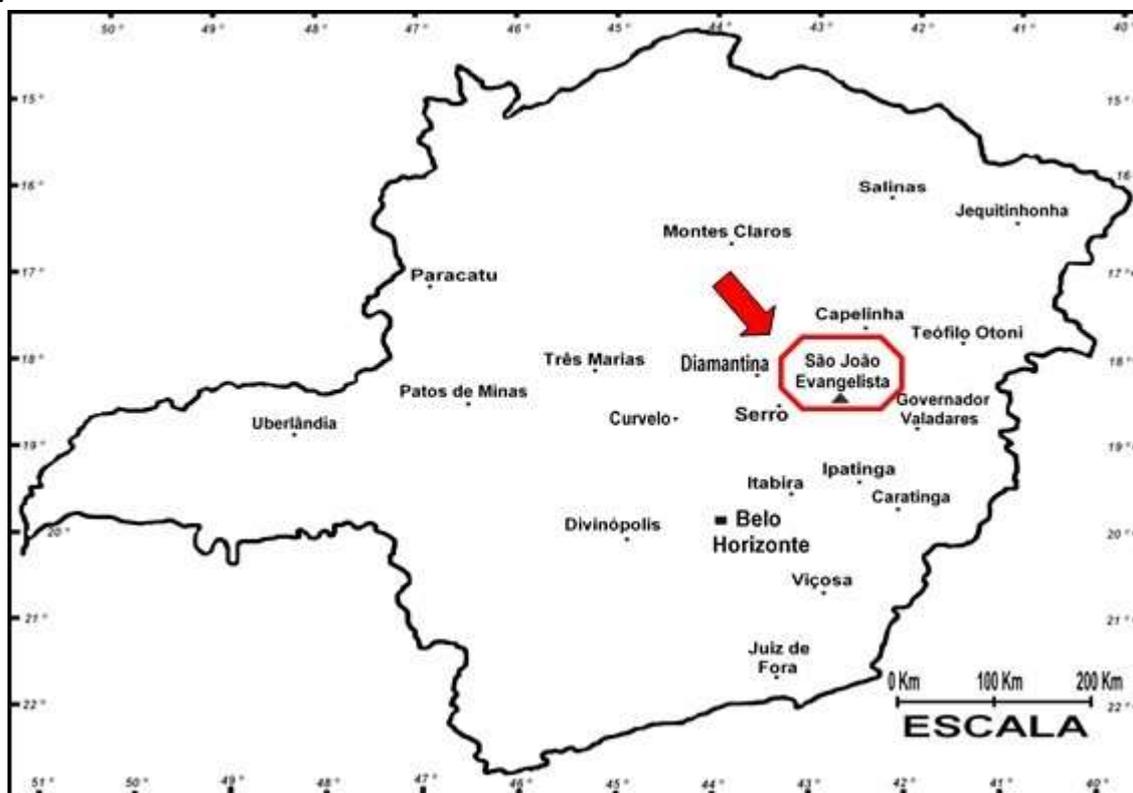


Figura 1: Mapa de Localização do município de São João Evangelista-MG.

Fonte: Adaptado de Oliveira, 2006.

A principal atividade econômica da região é a agropecuária, sobretudo pela produção familiar com pouca utilização de tecnologia e insumos na produção. O Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH) do município é de 0,683 (ATLAS, 2010), o Produto Interno Bruto (PIB) per capita mensal é de R\$ 914,27, apenas 9% da população possui ocupação formal e 44% da população tem rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (IBGE, 2010). Esses índices são próximos aos das cidades que circunvizinhas a São João Evangelista como pode ser observado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

O cálculo do rendimento nominal mensal per capita é a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores (IBGE, 2010).

Quadro 6: Dados socioeconômicos de municípios circunvizinhos a São João Evangelista

Cidade	População	PIB/per capita anual	PIB/per capita mensal	Salário médio mensal dos trabalhadores formais	População com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
São João Evangelista	15.553	R\$10.971,27	R\$914,27	1,5 salários mínimos	44%	0,638
Cantagalo	4.195	R\$10.493,97	R\$874,50	1,6 salários mínimos	42%	0,631
Coluna	9.024	R\$9.263,96	R\$772,00	1,4 salários mínimos	46%	0,583
Guanhães	31.262	R\$17.990,17	R\$1.499,18	1,8 salários mínimos	39%	0,686
Paulistas	4.918	R\$9.325,12	R\$777,09	1,5 salários mínimos	46%	0,625
Peçanha	17.260	R\$10.890,86	R\$907,57	1,5 salários mínimos	43%	0,627
Sabinópolis	15.704	R\$11.258,32	R\$938,19	1,6 salários mínimos	41%	0,638
São Pedro do Suaçuí	5.570	R\$10.474,76	R\$872,90	1,6 salários mínimos	43%	0,622
Virginópolis	10.572	R\$12.643,03	R\$1.053,59	1,6 salários mínimos	42%	0,675

Fonte: IBGE, 2010 e ATLAS, 2010

4.2 Coleta de Dados

Foram usadas três técnicas de coleta de dados: análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários, conforme detalhado nos itens a seguir.

4.3 Análise documental

Para Gil (2010), uma pesquisa documental pode exigir consulta em arquivos públicos e particulares, entre as principais fontes documentais elencadas por ele estão: documentos administrativos, publicações organizacionais e documentos disponibilizados na Internet. Marconi e Lakatos (2010) destacam que a coleta de dados de qualquer pesquisa científica começa pela pesquisa documental e pela pesquisa bibliográfica. Esses autores advertem que não se deve confundir análise documental com a revisão bibliográfica. De acordo com elas a análise documental recorre a fontes primárias (documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas, documentos de arquivos privados, etc.) e a pesquisa bibliográfica utiliza-se de fontes secundárias (em livros, revistas, jornais, teses, etc.)

No presente estudo foram usadas como fonte documental os seguintes documentos do IFMG, referentes ao recorte temporal 2016 a 2018: editais de seleção de bolsistas; solicitações de pagamentos enviada ao Setor Financeiro, relatórios do Departamento de Administração e Planejamento, Relatório Anual de gestão do IFMG e as Instruções Normativas do Programa de Assistência Estudantil. No caso dos editais de seleção e das Instruções Normativas também foram analisados os documentos emitidos no período 2011 a 2015. Além destes documentos foram examinados também a Portaria IFMG nº 1115/2017, que dispõe sobre a designação de membros para comporem a Comissão de Assistência Estudantil do IFMG e o Regimento Interno do Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG de 2010.

As solicitações de pagamentos enviada ao Setor Financeiro e os relatórios do Departamento de Administração e Planejamento são documentos internos do IFMG-SJE. O acesso a tais documentos foi autorizado pelos Setores responsáveis, após solicitação do pesquisador que é funcionário da referida instituição. Os demais documentos são de domínio público e estão disponíveis na internet.

Com relação aos documentos externos foram analisados: a Portaria nº 389/2013 do MEC (cria o Programa de Bolsa Permanência); os Decretos nº 7.234/2010 (dispõe sobre o PNAES) e 7.824/2012 (regulamenta a Lei nº 12.711); a Constituição Federal de 1988, as Leis nº 12.711/2012 (dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio) e 11.892/2008 (institui a Rede Federal de Educação Profissional); o relatório do CONIFI 2018(sobre a Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica). Todos esses documentos são de domínio público e estão disponíveis na internet.

4.3.1 Entrevistas semiestruturadas

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os servidores do IFMG-SJE responsáveis pela execução do PAE no *campus* (Diretor de Administração e Planejamento; o Coordenador Geral de Planejamento, Monitoramento e Controle; o Coordenador Geral de Atendimento ao Educando; a Assistente Social; a Coordenadora Geral de Ensino Médio e Técnico; o Coordenador Geral de Graduação e Pós-Graduação) e o Diretor de Assistência Estudantil do IFMG, lotado na Reitoria na cidade de Belo Horizonte.

Essas entrevistas foram gravadas, em áudio, e transcritas. Gil (2010) define entrevista como um técnica de coleta de dados que envolve duas pessoas numa situação face a face onde uma faz perguntas e a outra responde. De acordo com Martins (2006) na entrevista semiestruturada o entrevistador busca informações, dados e opiniões por meio de uma conversação livre, com pouca atenção a prévio roteiro de perguntas.

Tais entrevistas respeitaram a privacidade e imparcialidade, preservando a identidade dos respondentes. Todo o processo foi submetido ao comitê de ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (processo número 23083.029720/2018-17, de 08/10/2018), sendo aprovado por atender as exigências da legislação vigente. Todos entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, que será arquivado, em posse do pesquisador, por um período mínimo de cinco anos.

4.3.2 Questionários

Os questionários foram elaborados seguindo os preceitos indicados por Vargas (2013). De acordo com essa autora questionário é “...tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos.”. Contudo, ela destaca que a tarefa para elaborá-lo requer muito esforço e dedicação. Vargas (2013) apresenta ainda algumas instruções para elaboração desse instrumento de coleta de dados. Marconi e Lakatos (2010) apontam como vantagens do questionário a economia de tempo, maior abrangência geográfica, agilidade na obtenção do *feedback*, menor influência do entrevistador nas respostas, flexibilidade de local e horário para o participante responder dentre outras.

A aplicação dos questionários ocorreu através da plataforma *Google Forms*. Eles foram enviados por e-mail e/ou redes sociais a todos os bolsistas dos seguintes cursos superiores do IFMG-SJE: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Silvicultura. Apenas os 327 estudantes destes cursos, que receberam pelo menos uma das bolsas foco deste estudo entre os anos de 2016 a 2018 foram contatados. O questionário ficou disponível para respostas entre 7 de janeiro a 28 de fevereiro de 2019. A escolha pelo nível superior ocorreu em função de ser a modalidade com mais discentes atendidos pelo PAE através do recebimento de bolsas como pode ser observado no **Gráfico 1**.

Cabe ressaltar que, preliminarmente foi aplicado um pré-teste do questionário com 5 estudantes bolsistas, para avaliar se ele atendia ao seu propósito ou se necessitaria de ajustes. Neste pré-teste foi verificado que o questionário não necessitaria de ajuste. Para Vargas (2013) o pré-teste objetiva identificar possíveis problemas e/ou dúvidas que podem surgir durante a aplicação do questionário e evitar perdas de tempo, dinheiro e credibilidade caso algum problema grave no questionário seja descoberto na fase de aplicação.

Os questionários desta pesquisa respeitaram a privacidade e imparcialidade, preservando a identidade dos respondentes. Todo o processo foi submetido ao comitê de ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (processo número 23083.029720/2018-17, de 08/10/2018), sendo aprovado por atender as exigências da legislação vigente. Todos respondentes concordaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

4.4 Análise dos Dados

Foi feita uma análise de conteúdo com os documentos coletados, as entrevistas semiestruturadas e a questão discursiva do questionário. Segundo Bardin (2016) uma análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos

relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.(BARDIN, 2016, p.48)

Nessa análise o conteúdo das entrevistas e as respostas da questão discursiva do questionário passaram pelas fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados conforme recomendado por Silva e Fossá (2015). Na primeira fase foi feita uma leitura geral do material visando a organização e sistematização. Na segunda fase foram feitas operações de codificação e categorização do conteúdo. Por fim, na terceira fase, foi feito o tratamento dos resultados.

As respostas das questões objetivas dos questionários foram exportadas da plataforma *Google Form* em forma de planilhas, depois processados no *software* Microsoft Excel e apresentadas em forma de tabelas e gráficos para análise. Segundo Marconi e Lakatos (2010), o propósito desse tipo de apresentação de dados é ajudar o pesquisador na distinção de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações.

4.4.1 Coeficiente de Correlação de Pearson

A formulação de Pearson foi aplicada para apuração do coeficiente de correlação linear entre as características dos bolsistas (faixa etária, curso, situação no curso, tipo de bolsa que recebe, o tempo em que recebe a bolsa e ano que recebeu a bolsa dentro do período avaliado) e sua satisfação com a execução do PAE no IFMG-SJE, conforme apresentada abaixo::

$$r = \frac{n \cdot \sum(x \cdot y) - (\sum x) \cdot (\sum y)}{\sqrt{([n \cdot \sum x^2 - (\sum x)^2][n \cdot \sum y^2 - (\sum y)^2])}}$$

Onde:

n = Número de valores ou elementos

X = Primeira variável

Y = Segunda variável

ÓXY = Soma do produto de primeira e segunda variáveis

ÓX = Soma da Primeira variável

ÓY = Soma da segunda variável

ÓX² = Soma dos quadrados da Primeira Variável

ÓY² = Soma dos quadrados da segunda variável

De acordo com Dancey e Reidy (2006) o objetivo do coeficiente de correlação é averiguar se existe um relacionamento entre as variáveis quantitativas, no entanto esse índice não implica em relação de causa e efeito. Figueiredo-Filho e Júnior (2009) destacam algumas propriedades do coeficiente de correlação de Pearson, entre elas: não diferencia entre variáveis independentes e variáveis dependentes; O valor da correlação não muda ao se alterar a unidade de mensuração das variáveis; tem caráter adimensional; exige que as variáveis sejam quantitativas (contínuas ou discretas).

Como o coeficiente de correlação de Pearson exige variáveis quantitativas as características dos bolsistas (faixa etária, curso, situação no curso, tipo de bolsa que recebe, o tempo em que recebe a bolsa e ano que recebeu a bolsa dentro do período avaliado) foram convertidas em valores numéricos conforme **Quadro 7**.

Para a característica “tipo de bolsa que recebe/recebeu” o valor representa a soma dos valores monetários pagos em cada bolsa. As demais características receberam valores crescentes de acordo com a ordem em que a resposta aparecia no questionário.

Para o grau de satisfação dos usuários já havia sido atribuído valores numéricos na elaboração dos questionários sendo: 1 para “muito insatisfeito”, 2 para “insatisfeito”, 3 para “indiferente”, 4 para “satisfeito” e 5 para “muito satisfeito”.

Quadro 7: Valores atribuídos a características dos bolsistas para cálculo do coeficiente de correlação de Pearson

Característica	Respostas disponíveis	Valor atribuído
Faixa etária	Abaixo de 18 anos	1
	De 18 a 25 anos	2
	De 26 a 34	3
	A partir de 34 anos	4
Curso	Bacharelado em Administração	1
	Bacharelado em Agronomia	2
	Bacharelado em Engenharia Florestal	3
	Bacharelado em Sistemas de Informação	4
	Licenciatura em Matemática	5
	Tecnologia em Silvicultura	6
	Outro	7
Situação com relação ao curso	Concluiu	1
	Está cursando	2
	Desistiu antes de concluir	3
Tipo de bolsa que recebe/recebeu	Bolsa Permanência 02	300
	Bolsa Permanência 03	200
	Bolsa Permanência 04	150
	Monitoria	200
	Tutoria	400
	Auxílio moradia	130
	Auxílio transporte municipal	131
	Auxílio creche	200
A quanto tempo recebe/recebeu bolsa	Menos de 1 ano	1
	1 ano	2
	2 anos	3
	3 anos	4
	Mais de 3 anos	5
Qual/quais ano(s) recebeu bolsa	2016	1
	2017	2
	2018	3
	2016+2017	4
	2016+2017+2018	5
	2016+2018	6
	2017+2018	7

Fonte: Elaborado pelo Autor

Através das entrevistas semiestruturadas com os servidores e da análise documental foi feita a descrição dos processos e fluxos do PAE no IFMG-SJE e identificado os aspectos relevantes e as fragilidades da implementação deste programa. Já o questionário aplicado aos beneficiários foi utilizado para investigar o grau de satisfação deles em relação à execução do PAE no IFMG-SJE. As relações entre os métodos de coleta de dados e os objetivos específicos da pesquisa proposta estão sintetizadas no **Quadro 8**.

Quadro 8: Correspondência entre objetivos específicos e instrumentos de coleta de dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TIPO DE COLETA DE DADOS
Descrever a metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE.	- Análise documental - Questão 1 do roteiro de Entrevistas Semiestruturada com executores
Identificar aspectos relevantes, fragilidades e as implicações da metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE.	- Análise documental - Questões de 2, 3 e 6 do roteiro de Entrevistas Semiestruturada com executores
Investigar a ocorrência de alterações na metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE no período de 2016 a 2018.	- Análise documental - Questões de 4 a 5 do roteiro de Entrevistas Semiestruturada com executores
Investigar o grau de satisfação dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil no IFMG-SJE em relação à metodologia de execução deste.	- Questionário Discentes
Tecer sugestões para melhoria e normalização dos critérios de seleção e procedimentos de aplicação das bolsas do PAE.	- Análise documental - Questão de 7 do roteiro de Entrevistas Semiestruturada com executores - Questão discursiva Questionário Discentes

Fonte: Elaborado pelo Autor

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Buscando responder às perguntas norteadoras desta pesquisa, primeiramente será descrita a metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE, para as bolsas que são o foco deste estudo, tendo como fonte de dados as entrevistas realizadas e a análise documental.

Em seguida são apresentados e analisados os dados quantitativos referentes ao grau de satisfação dos beneficiários em relação a execução do PAE do IFMG-SJE. Depois são expostos e discutidos os dados qualitativos levantados nas entrevistas e na questão discursiva do questionário aplicado aos beneficiários PAE do IFMG-SJE.

Por fim é apresentado um quadro com a síntese dos aspectos relevantes, fragilidades da metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE, além de sugestões para otimizar a execução do PAE no IFMG-SJE.

Para preservação da identidade dos entrevistados, os mesmos foram codificados como E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7. Os respondentes dos questionários não se identificaram ao respondê-lo e serão chamados pela letra “B”, de beneficiário, seguida pelo número da sequência cronológica do registro da resposta de 1 a 99.

5.1 Metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE

A **Figura 2** traz um fluxograma dos processos relacionados às bolsas o PAE do IFMG-SJE que são foco deste estudo. Esse fluxograma foi elaborado com base nas entrevistas com os servidores responsáveis pela execução do Programa e na análise documental realizada. Visando facilitar a análise e compreensão os processos realizados na execução do PAE do IFMG-SJE foram divididos em cinco etapas quais sejam: planejamento, seleção, pagamento, acompanhamento e avaliação. Essas etapas não devem ser confundidas com as fases das políticas públicas, pois estão relacionadas a metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE e se encontram dentro da fase de implementação do PNAES.

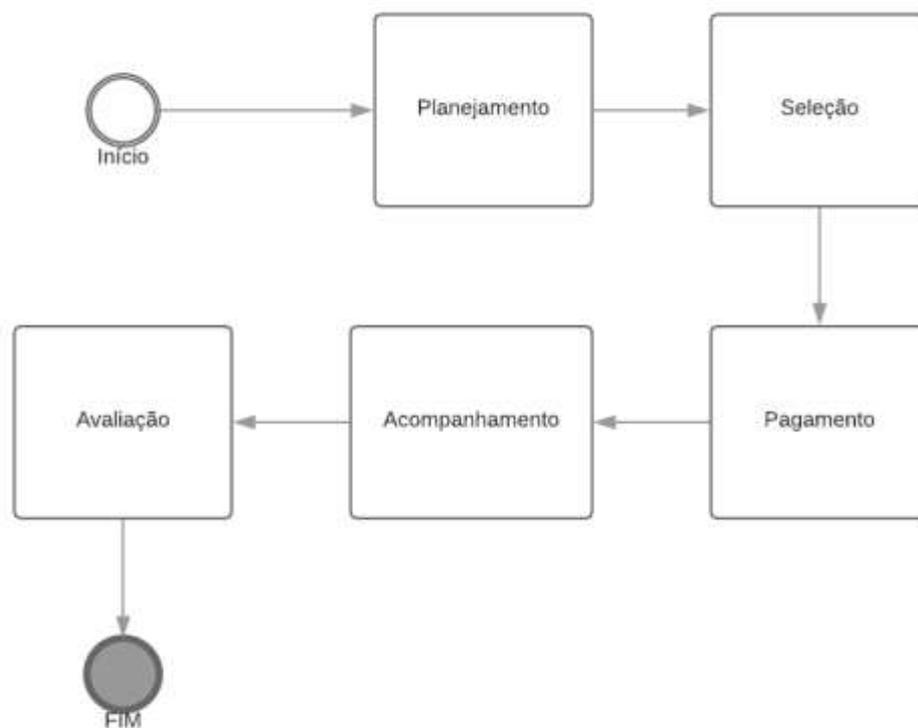


Figura 2: Fluxograma dos processos do PAE do IFMG-SJE

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.1 Planejamento

No planejamento são definidos valores, quantidade, tipo de bolsas e auxílios que serão ofertados no próximo ano, para isso são realizados alguns processos como apresentado na **Figura 3**.

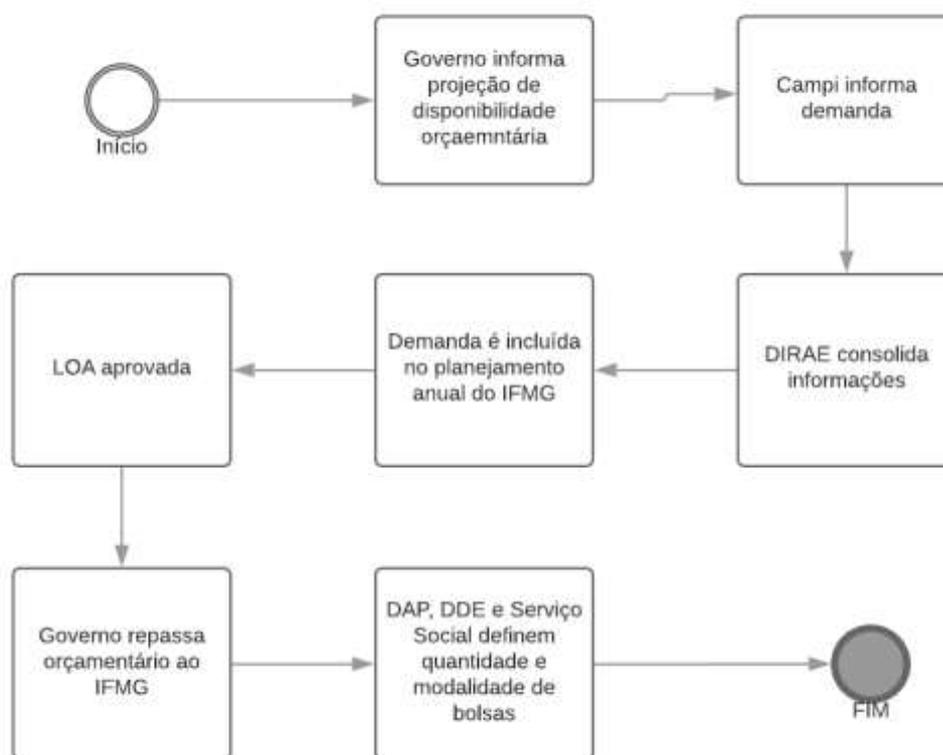


Figura 3: Fluxograma da etapa de planejamento do PAE do IFMG-SJE

Fonte: Elaborado pelo autor

Após receber a informação do montante de recurso que o Governo Federal irá repassar ao IFMG para aplicar na Assistência estudantil no próximo exercício, a DIRAE solicita aos *campi* que informem a demanda para o ano seguinte. Esse valor é resultante da soma do recurso disponibilizado ano anterior acrescido da demanda reprimida, que são os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que não puderam ser atendidos por falta de recurso naquele ano. O planejamento é descrito pelo E4 da seguinte forma:

Então cada *campus*, a cada ano era solicitado pela Diretoria ou quem era o órgão responsável na época para dizer qual que era a demanda o ano subsequente, baseado na demanda reprimida do ano anterior. Então se eu fiz um processo esse ano e foi gasto X e ainda tem uma demanda reprimida de mais X+1, então no ano subsequente eu colocava o tanto que eu atendi mais o tanto que ficou de demanda reprimida. Vinha sendo feito desta forma até 2018. (E4, 2019)

A DIRAE pretende alterar o processo de planejamento a partir de 2019, calculando o valor orçamentário a ser direcionado para cada *campus* com base no perfil socioeconômico de seus estudantes. No entanto essa proposta necessita ser aprovada pelo Conselho Superior do IFMG para entrar em vigor.

Passou pela comissão de assistência estudantil uma proposta onde vai ser vinculado o orçamento da assistência estudantil de acordo com o perfil A e B de cada *campus*. então a cada processo seletivo é feito um levantamento de qual percentual de perfis que possui em cada *campus* e o orçamento vai ser distribuído de acordo com o perfil A e B de cada *campus*, colocando um tipo ideal como se cada aluno do perfil A e B do processo seletivo passado recebesse uma bolsa no valor de R\$400,00 e o aluno do

perfil B recebesse uma de R\$ 300,00 e esse vai ser o orçamento do ano subseqüente. (E4, 2019)

Após receber todas as demandas dos *campi*, a DIRAE consolida as informações que farão parte do planejamento anual do IFMG. Nem sempre os valores solicitados pelos *campi* são contemplados em sua totalidade, pois depende do valor orçamentário que o Governo Federal destina ao IFMG para as ações de Assistência Estudantil, que é baseado na Matriz CONIF que por sua vez leva em consideração o número de estudantes da instituição como um todo.

No início do ano seguinte o Governo Federal repassa os recursos orçamentários relativos ao PAE para a Reitoria do IFMG, que transfere para o respectivo *campus*. Em alguns anos o Governo não repassa todo o valor orçamentário previsto já no início do ano, contingenciando parte deste valor. Quando isso ocorre os *campi* recebem os recursos de acordo com o percentual repassado pelo Governo Federal.

Quando este recurso orçamentário chega ao *campus* São João Evangelista, o Diretor do Departamento de Administração e Planejamento juntamente com a Assistente Social definem os valores para cada modalidade de bolsa. Após estas definições passe-se pra a fase de seleção.

5.1.2 Seleção

A seleção para as bolsas permanência do IFMG-SE (**Figura 4**) é feita em fase única, por meio de avaliação socioeconômica.

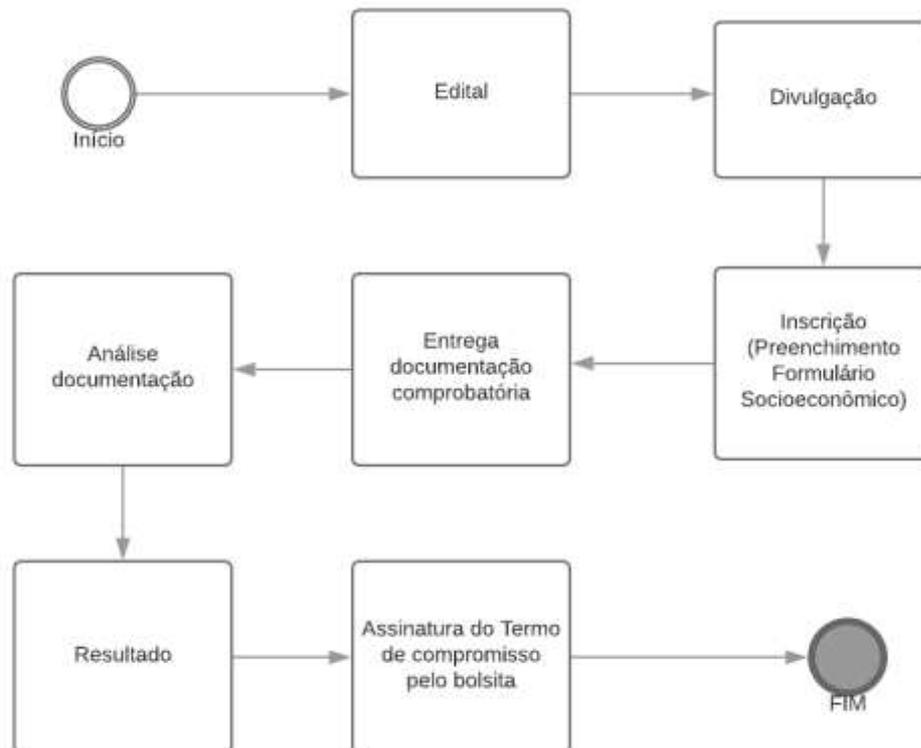


Figura 4: Fluxograma da etapa de seleção do PAE do IFMG-SJE para bolsas socioeconômicas

Fonte: Elaborado pelo autor

A Reitoria do IFMG, através da DIRAE, lança no início do ano letivo um edital, único para todo o IFMG, com as regras do certame baseado na Instrução Normativa do PAE do IFMG vigente. O Setor responsável em cada *campus* faz a divulgação desse processo junto aos estudantes, no caso do *campus* São João Evangelista essa divulgação é feita pela Assistente Social.

Quando faz o edital que publica, aí tem a parte da divulgação deste edital dentro do *campus*, são reuniões lá no auditório para falar com o que é né, os prazos, às vezes na sala de aula também, publicam faixas no *Campus* falando quando o edital de assistência estudantil está aberto. (E2,2019)

Os estudantes interessados preenchem um Questionário Socioeconômico eletrônico disponível na Internet, e entregam a documentação comprobatória, em envelope lacrado identificado com o nome completo e curso, na Coordenação de Atendimento ao Educando do IFMG-SJE. Essa documentação é referente a todo o grupo familiar e não apenas do candidato, assim no caso de mais de um candidato de um mesmo grupo familiar eles devem entregar envelope único com a identificação de todos os candidatos na parte externa.

[...] até 2018 era anexada cópia de toda documentação exigida aí tem uma relação grande de documentos para comprovação. São os documentos pessoais, documentos de renda, para a gente ver como que é aquela família. É focado no grupo familiar e não um aluno em particular, assim avaliação é feito tudo no grupo familiar do grupo familiar estudante. (E2, 2019)

O *campus* possui apenas uma assistente social. Como o volume de inscrições no IFMG-SJE é muito grande, a análise da documentação é feita na Reitoria com o auxílio de assistentes sociais de outros *campi* do IFMG, como pode ser observado na fala do E2.

“Muitas vezes como era um fluxo muito grande de análise para uma assistente social fazer sozinha, aí faz na Reitoria junto com outros assistentes sociais que fazem parte do Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG.” (E2, 2019)

Em contrapartida, a assistente social do IFMG-SJE ajudava na apuração da documentação de outros *campi*.

Durante a análise dos documentos, as assistentes sociais lançam os dados relacionados aos critérios de avaliação dos candidatos em uma planilha eletrônica. Essa planilha contém uma fórmula macro que classifica esses candidatos de acordo com os perfis de vulnerabilidade socioeconômica descritos no edital, facilitando o trabalho de apuração.

Em 2018 a gente aprimorou para uma técnica que foi através da criação de uma planilha com uma fórmula macro. Dentro desta planilha foi permitido que o assistente social lançasse nessa planilha e ela calculasse esses indicadores e desse o perfil para a gente, planilhando numa figura de Excel. (E4, 2019)

Terminados os trabalhos de seleção, a Reitoria divulga o resultado de forma preliminar, os candidatos têm 3 dias úteis para impetrem recurso. Caso existam recurso, eles são analisados pelo NASIFMG e depois é divulgado o resultado final. Essas divulgações são feitas nos sítios da Reitoria e do *campus* na internet. Após a divulgação dos resultados, o estudante contemplado com alguma bolsa, ou seu responsável legal, tem 2 dias úteis para entregar o termo de compromisso de Adesão ao Programa de Assistência Estudantil assinado na Coordenação de Atendimento ao Educando do IFMG-SJE. Neste momento o candidato deve informar também uma conta bancária em seu nome para recebimento da bolsa.

Aí depois vem a seleção, é divulgado pela Reitoria o resultado. O resultado da seleção com os deferidos e indeferidos ou os que ficaram excedentes ao número de vagas do

edital e eles dão um prazo para assinatura do termo de compromisso e apresentação de conta bancária para efetuar o pagamento. (E2, 2019)

Para as bolsas de mérito acadêmico, Monitoria e Tutoria, a seleção (**Figura 5**) é composta de duas fases: uma prova escrita e uma entrevista.

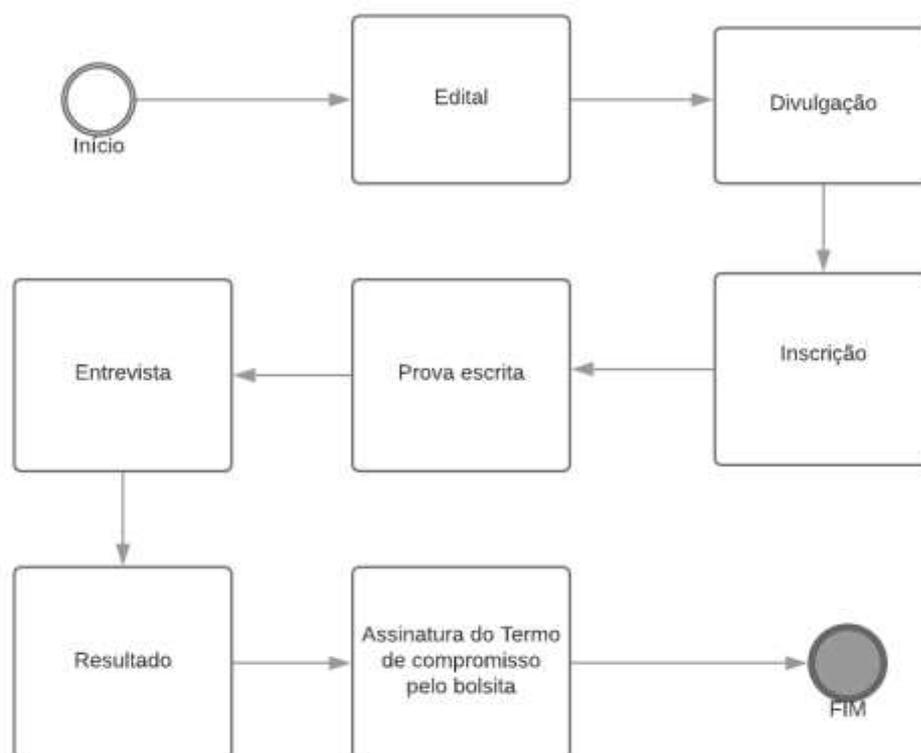


Figura 5: Fluxograma da etapa de seleção do PAE do IFMG-SJE para bolsas de mérito acadêmico

Fonte: Elaborado pelo autor

O processo se inicia com os professores que manifestam interesse em ter monitores, para os cursos técnicos, ou tutores, para os cursos superiores. Essa solicitação é analisada pela Coordenação de Ensino Técnico e pela Coordenação de Graduação do *campus*, com base no recurso financeiro disponível e em índices de evasão e repetência das disciplinas. As Coordenações repassam as informações para o Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) que é responsável pela elaboração do edital de seleção. Esse edital é exclusivo para o IFMG-SJE, sendo feito e divulgado pelo *campus* no início do ano letivo um edital para tutoria e monitoria. No caso da tutoria no início do segundo semestre letivo, é aberto novo edital para seleção de tutores para as disciplinas ofertadas naquele semestre. Os interessados fazem inscrição nas Coordenações em formulário impresso.

Os professores das disciplinas que terão monitor ou tutor elaboram uma prova de conhecimento destas disciplinas. Essas provas são aplicadas a todos os candidatos da respectiva disciplina. Os que obtiverem nota superior a 60 pontos passam por uma entrevista com a Coordenadora Ensino Técnico, com uma representante da equipe pedagógica e o professor da disciplina para os candidatos a monitores. Os candidatos a tutores que forem aprovados na prova escrita são entrevistados pelo Coordenador de Graduação, com o Coordenador do Curso e com um representante da equipe pedagógica.

Depois dessas inscrições ele se submete a uma seleção, que é através de duas provas. A primeira prova é uma prova escrita, para ele fazer a segunda prova, que é uma entrevista, ele precisa ser aprovado na primeira com 60%. Essa entrevista é feita com a Coordenação Geral, com o Coordenador do Curso e com um pedagogo. (E5, 2019)

Passadas essas duas fases é divulgada a classificação, o edital não prevê recursos, os candidatos aprovados assinam um termo de compromisso, indicam uma conta bancária em seu nome para recebimento da bolsa e passam por uma capacitação junto ao Setor Pedagógico do *campus*.

Divulgava-se o resultado, o monitor selecionado procurava a Coordenação Geral de Ensino Médio e Técnico (CGEMT) para fazer o cadastro, para fazer a capacitação, antes de executar as atividades da monitoria. (E6, 2019)

Para as disciplinas que não foram contempladas no edital, é permitida a existência de monitores e tutores voluntários, sem recebimento de bolsa, mediante entrega de requerimento preenchido e assinado pelo professor da disciplina, ou responsável da equipe pedagógica. O monitor/tutor voluntário tem as mesmas atribuições daqueles que recebem bolsas e são certificados no final de suas atividades como tutor, além de ter prioridade caso aumente o recurso financeiro disponível para esta ação que permita aumentar o de vagas além das previstas no edital.

5.1.3 Pagamento

A etapa de pagamento (**Figura 6**) abrange os procedimentos relacionados à solicitação de pagamento, liquidação desta solicitação, realização do pagamento e a disponibilização do dinheiro na conta bancária do bolsista.

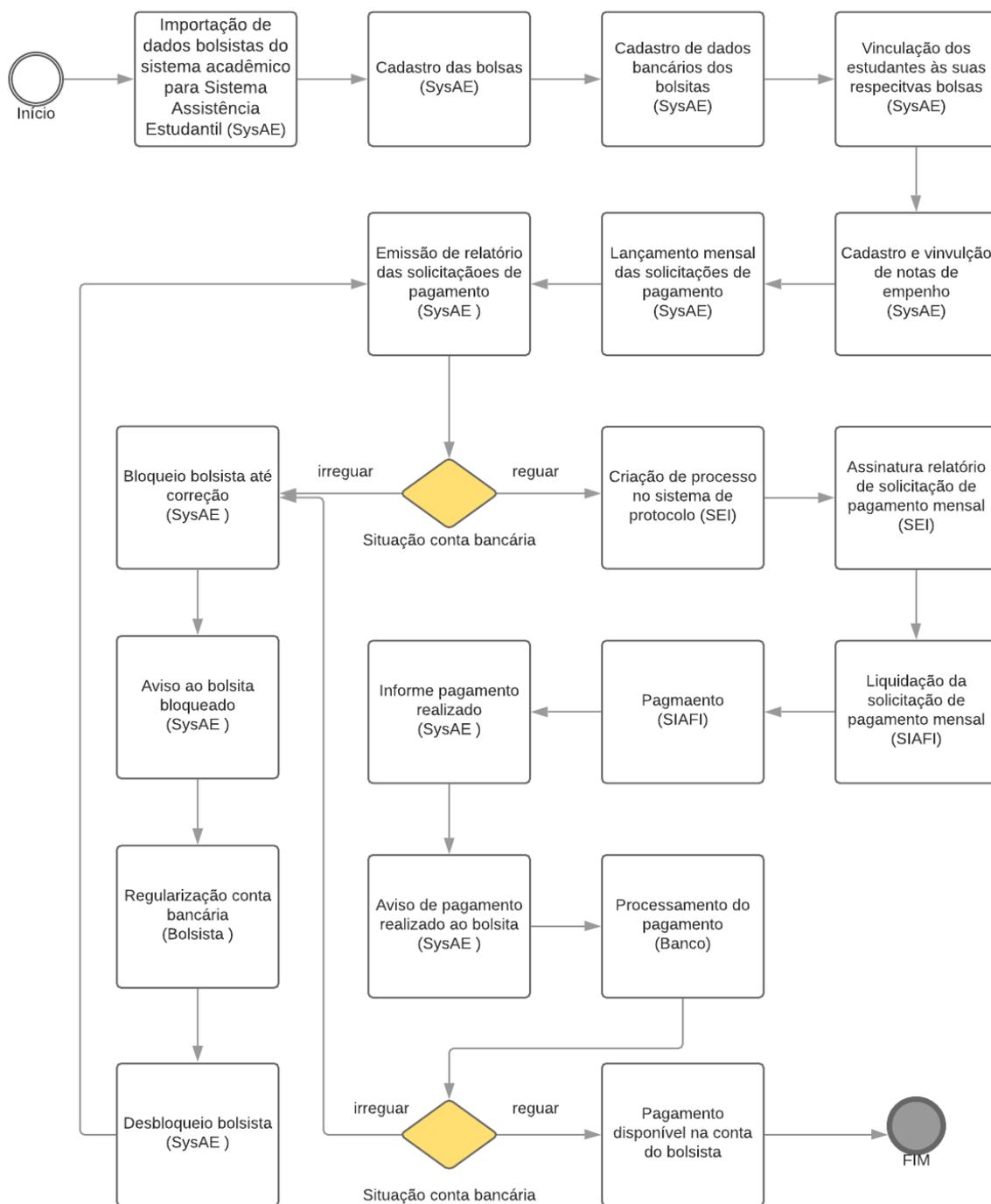


Figura 6: Fluxograma da etapa de pagamento do PAE do IFMG-SJE

Fonte: Elaborado pelo autor

A solicitação de pagamento é realizada no *software* SysAE (Sistema de Assistência Estudantil do IFMG-SJE), que foi desenvolvido pelo Setor de Desenvolvimento de *Software* deste *campus* para gerir a pagamento de auxílios do PAE a estudantes do IFMG-JE. A operacionalização neste *software* acontece da seguinte maneira:

- a) No início de cada ano letivo o Setor de Desenvolvimento de *Software* do IFMG-SJE importa os dados dos estudantes, dos cursos e dos docentes do sistema acadêmico do *campus* para o SysAE.

- b) O Setor de Serviço Social, a Coord. Ensino Médio e Técnico e a Coord. de Graduação cadastram as bolsas pelas quais são responsáveis e vinculam os estudantes que foram selecionados para estas bolsas.
- c) O Setor financeiro cadastra os dados relacionados às notas de empenho das bolsas.
- d) A Coordenação de Atendimento ao Educando cadastra os dados bancários dos bolsistas. Este cadastro também pode ser feito no Serviço Social e no Setor Financeiro.
- e) O Setor de Serviço Social, a Coord. Ensino Médio e Técnico e a Coord. de Graduação lançam, mensalmente, as solicitações de pagamento de bolsa.
- f) O Setor financeiro gera um relatório das solicitações lançadas.

Esses procedimentos foram relatados pelos entrevistados E2, E5, E6 e E7:

Aí depois que eles entregam esse formulário né, assinado o termo de compromisso aí a gente vai e passa joga nesse sistema aqui ó SysAE 1.0 da assistência estudantil. Aí lança todos os alunos no SysAE e manda para o financeiro. (E2, 2019)

Depois que este relatório chega para mim, eu lanço ele num sistema né, no SysAE, que é aquele sistema daqui do *campus* que gerencia a assistência estudantil, esse sistema depois de lançado eu encaminho para o financeiro que faz um planilha com o valor que vai ser pago, depois essa planilha volta para mim para eu assinar por meio do Sistema Eletrônico de Informação, isso retorna para o financeiro que vai fazer o pagamento, creditar isso na conta dos meninos. (E5, 2019)

O que eu fazia era antes de fazer o pagamento, eu lia os relatórios verificava o que os professores falaram daquele aluno, dava ok na entrega do relatório do aceite do professor de aquelas atividades foram realmente executadas e lançava o pagamento baseada neste relatório. (E6, 2019)

O SysAE tem a base de dados dos alunos que são importados do Conecta (Sistema de gestão integrada adaptado para o IFMG) e os outros atores envolvidos no processo, as outras coordenações, eles lançam dados de pagamento. É alimentado, também pela execução financeira e planejamento, quais são os empenhos de que que é e quais os limites de valores tem nesses empenhos. Todo o processo é acompanhado por todos os atores através das informações disponíveis na base de dados do programa e todos os atores tem exatamente os limites que eles podem executar ou daquelas tarefas. Então baseado nisso aí são os empenhos que são informados na base de dados, os dados dos alunos e os dados de edital com os respectivos selecionados nesses editais com os respectivos valores de bolsa. (E7, 2019)

Os relatórios de atividades citados por E5 e E6 não são do SysAE. Eles são elaborados pelos bolsistas das modalidades tutoria e monitoria, com a descrição das ações que realizaram no mês. Esse relatório é assinado pelo Coordenador do curso e entregue na Coord. Ensino Médio e Técnico e a Coord. de Graduação que farão a solicitação de pagamento no SysAE.

Após a emissão do relatório de solicitações de pagamento no SysAE, o Setor Financeiro gera um processo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para cada solicitação e envia aos solicitantes para coleta da assinatura digital destes. O SEI é o sistema computadorizado de protocolo utilizado no IFMG. Esse procedimento de coleta de assinatura foi mencionado por E5 *“[...] depois essa planilha volta para mim para eu assinar por meio do Sistema Eletrônico de Informação, isso retorna para o financeiro que vai fazer o pagamento, creditar isso na conta dos meninos”*.

Com a solicitação de pagamento assinada, o Setor Financeiro a liquida através do lançamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O próximo passo é realizar o pagamento também via SIAFI. Mas para isso é necessário aguardar o envio de recurso financeiro pelo Governo Federal. Depois do pagamento efetuado

o dinheiro ficará disponível na conta do bolsista entre dois a três dias uteis. O entrevistado E7 discorreu sobre esses processos:

[...]através do SysAE, vem as demandas de pagamento dos setores, seja do socioeconômico, seja de visita técnica, ou seja, bolsa de mérito, mediante isto é conferido repassado ao setor de execução que realiza essas funções de fazer essa liquidação e posteriormente o pagamento, depois que é enviado o financeiro pelo governo federal. (E7, 2019)

Bom a partir do momento que chega, que vem para parte da execução financeira, a solicitação chega nesse patamar de execução é extraído do SysAE a planilha com os dados e a partir desses dados a gente lança nos outros sistemas do Governo Federal, que sejam o SIAFI, para que isso seja liquidado posteriormente solicitado o recurso financeiro e posteriormente pago. (E7, 2019)

5.1.4 Acompanhamento

Nessa etapa acontece o acompanhamento do bolsista durante o período em que está recebendo a bolsa para verificar se ele está cumprindo os requisitos exigidos pelo edital de seleção e pela Instrução Normativa do PAE. Para as bolsas permanência, que são de caráter socioeconômico, esse acompanhamento é feito pelo Serviço Social do *campus*. É observada a frequência mensal dos bolsistas, segundo as regras do PAE deve ser de no mínimo 75% de presença trimestral, no módulo acadêmico do sistema Conecta (sistema de gestão integrada utilizado no IFMG). Caso a frequência esteja abaixo da exigida, antes de retirar o auxílio deste aluno, o Serviço Social procura o estudante e busca ajudá-lo através dos serviços oferecidos pelo *campus*, como atendimento psicológico, ou encaminhado para políticas públicas ofertadas pelo município onde o *campus* está localizado.

Aí vem a parte de acompanhamento, né. Esse aluno está frequentando 75%? Porque o termo de compromisso ele traz, que o aluno tem que frequentar no mínimo 25% das aulas. Aí que nós vamos fazer uma pesquisa no Conecta, que infelizmente nem sempre dá o real mesmo que tá acontecendo com aquele estudante. As vezes ele falta, mas no Conecta tem presença, aí mas a gente consegue detectar. Aí chama para conversa sabe? (E2, 2019)

[...] a gente consegue pedir na secretaria uma lista de alunos que não estão frequentando as aulas. Aí ele é comunicado e às vezes até desligado, mas nem sempre ele é desligado. A gente conversa com ele primeiro, faz acompanhamento par ver o que que tá acontecendo se precisa encaminhamento para outras políticas públicas do município ou até mesmo aqui dentro da escola algum acompanhamento e depois é que desliga ele. (E2, 2019)

Além da frequência o edital de bolsa permanência prevê o cancelamento do auxílio em caso de abandono do curso, falta grave (advertências consecutivas) em detrimento da Instituição, trancamento de matrícula, conclusão do curso, afastamento da instituição sem aviso prévio (abandono do curso) e solicitação de desistência pelo beneficiário. Em todos estes casos o Serviço Social tenta contato com estudante antes do desligamento com intuito de verificar se o estudante está com algum problema e quando for o caso tentar auxiliá-lo a solucioná-lo sem que seja necessário o cancelamento da bolsa.

No caso das bolsas de mérito acadêmico, Monitoria e Tutoria, o acompanhamento do desempenho do bolsista é feito pelo Setor Pedagógico. São observados: os relatórios mensais de atividades, apresentados pelos bolsistas e assinados pelo professor responsável pela disciplina; a frequência dos discentes nas tutoria/monitoria pelos discentes com dificuldade

na disciplina em questão; o comportamento dos bolsistas; caso haja necessidade a equipe pedagógica dialoga com o bolsista e o professor responsável, oferece treinamento, buscando solução para possíveis problemas detectados.

Então a gente não coloca por exemplo vaga para disciplinas que em um semestre anterior foi ofertada e não apareceu aluno para fazê-la, se não justifica a gente estar fazendo uma tutoria um aluno recebendo uma bolsa e não tem demanda não tem aluno, não tem gente para preencher. (E5, 2019)

Eu participo mais efetivamente na elaboração dos editais e no acompanhamento dos relatórios de monitoria, que o monitor tem que entregar a cada mês. Para efetuar o pagamento ele faz um relatório sobre as atividades, o orientador assina esse relatório e dá ok nas atividades que ele tem feito, isso passa pelo setor pedagógico. (E6, 2019)

5.1.5 Avaliação

A etapa de avaliação corresponde a uma análise do PAE, atualmente essa avaliação é feita apenas pelos executores do Programa e pela gestão do IFMG. Esta avaliação está prevista nas Instruções Normativas que regem o PAE no IFMG, a cada ano é emitida uma normativa que será avaliada ao final do ano de sua aplicação. Quem elabora essa IN é a DIRAE, com o auxílio do Núcleo de Assistentes Sociais e os Setores dos *campi* responsáveis pelas bolsas de mérito acadêmico. Essa normativa é submetida ao Colégio de Dirigentes e ao Conselho Superior (CONSUP) do IFMG para aprovação. As falas dos entrevistados 2 e 4 revelam as etapas destas análises feitas:

Aí a gente reúne, antes reunia na Reitoria, até então é ainda, reúne na Reitoria e define toda a dinâmica que vai ser a questão da seleção do aluno e passa para o colégio de dirigentes para ser aprovado, então ele passa pelo colégio de dirigentes e conselho superior para ser aprovado. A partir desta aprovação é que nós vamos trabalhar. (E2, 2019)

Tem um representante de cada *campus*. A avaliação socioeconômica tá como uma competência do Serviço Social então a gente só conversou por ser o responsável por esta ação. Mas ela foi discutida por todos em encontros na Reitoria em outros momentos em outros lugares, outros *campi*. (E4, 2019)

Essa avaliação do Programa irá refletir na IN para o ano seguinte e conseqüentemente na etapa de planejamento que é a primeira etapa do processo tornando-o então cíclico.

5.2 Resultados da Análise Quantitativa: Satisfação dos Estudantes Beneficiários Atendidos com Relação a Execução do PAE no IFMG-SJE

O questionário foi aplicado a todos os 327 estudantes de cursos superiores do IFMG-SJE que receberam pelo menos uma bolsa de cunho socioeconômico (Auxílio Moradia, Auxílio Creche, Permanência) ou de mérito acadêmico (Monitoria e Tutoria) entre 2016 e 2018. 99 estudantes responderam o questionário, ou seja, aproximadamente 30% do total. A maioria na faixa etária entre 18 e 25 anos (82,8%) nenhum menor de 18 anos e apenas um com 34 anos ou mais.

Quanto ao curso dos respondentes (**Gráfico 2**) houve uma distribuição homogênea entre os cursos Bacharelado em Agronomia, Bacharelado em Engenharia Florestal, Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Matemática. Apenas dois

bolsistas do curso Bacharelado em Administração responderam o questionário. A baixa adesão para o curso Bacharelado em Administração pode ser explicada pelo fato do curso haver iniciado sua oferta em 2018, tendo apenas uma turma de 40 estudantes sendo 12 bolsistas. Já o curso de Tecnologia em Silvicultura encerrou suas atividades em 2017, tendo apenas 2 bolsistas no período avaliado, o que pode ter influenciado para não ter nenhum representante respondendo a pesquisa.

Quanto à situação dos participantes deste estudo em relação ao seu curso 74,7% ainda está matriculado, 25,3% já concluiu e nenhum evadiu.

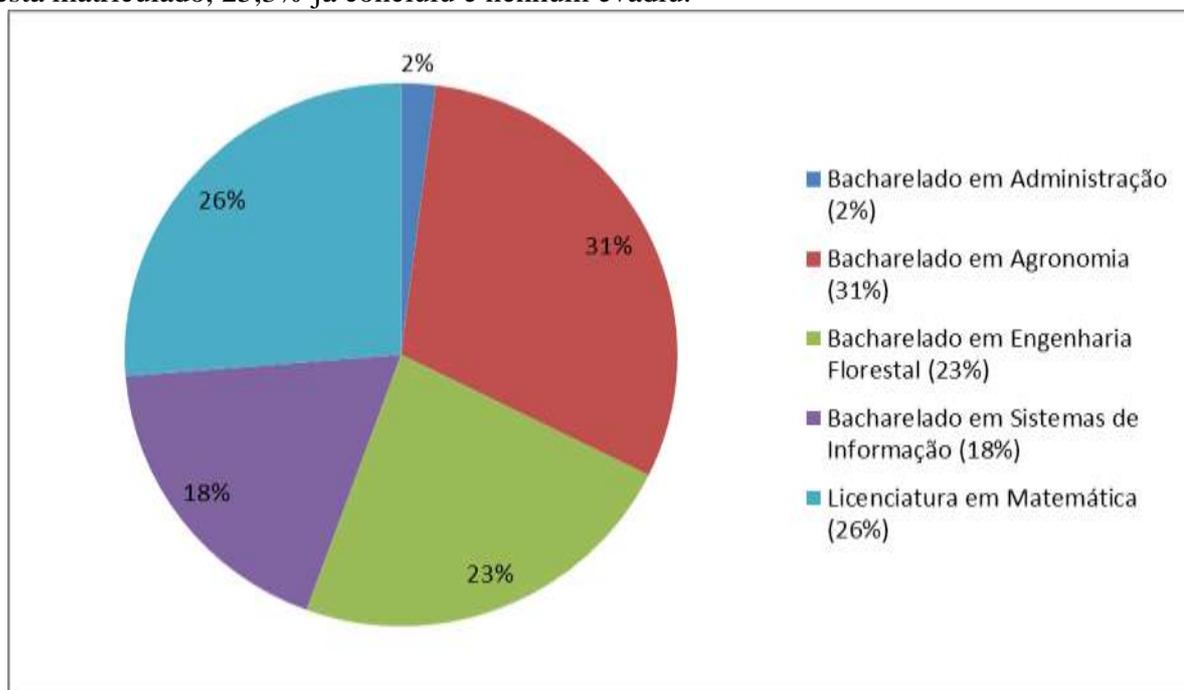


Gráfico 2: Cursos dos bolsistas que responderam a pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor

Em relação ao tipo de bolsa para qual foi contemplado dentro do período estudado, **Gráfico 3**, a bolsa Permanência 02 teve maior destaque, atendo 49,5% dos respondentes, em contrapartida, a bolsa de monitoria conta com apenas uma resposta.

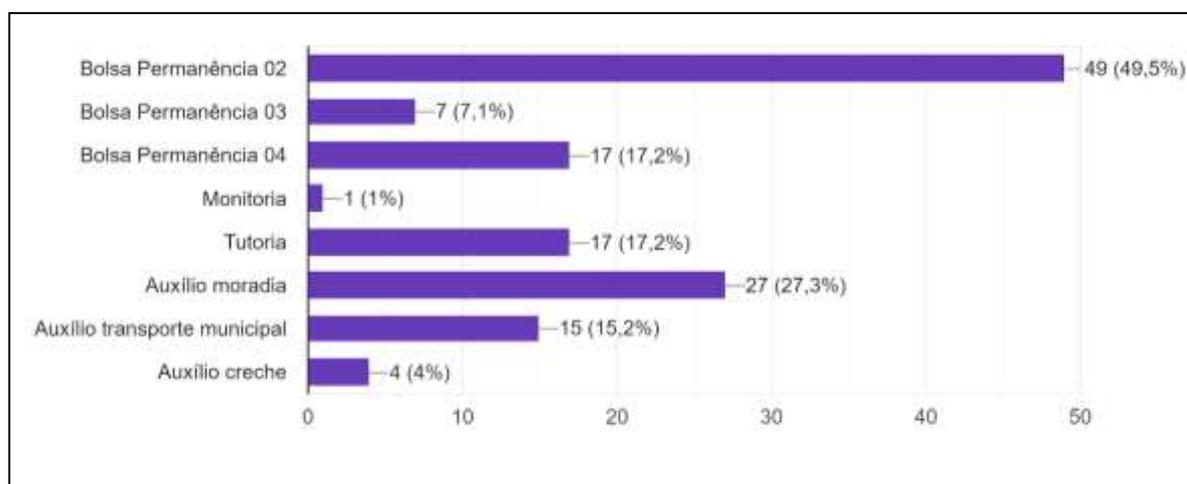


Gráfico 3: Tipo de bolsa que recebe

Fonte: elaborado pelo autor

Em se tratando do tempo que recebe ou recebeu alguma bolsa do PAE do IFMG-SJE (**Gráfico 4**), 51% dos participantes da pesquisa recebem ou receberam bolsas por dois anos ou mais. Como pode ser observado no **Gráfico 5**, 71% dos participantes receberam algum benefício no ano de 2018.

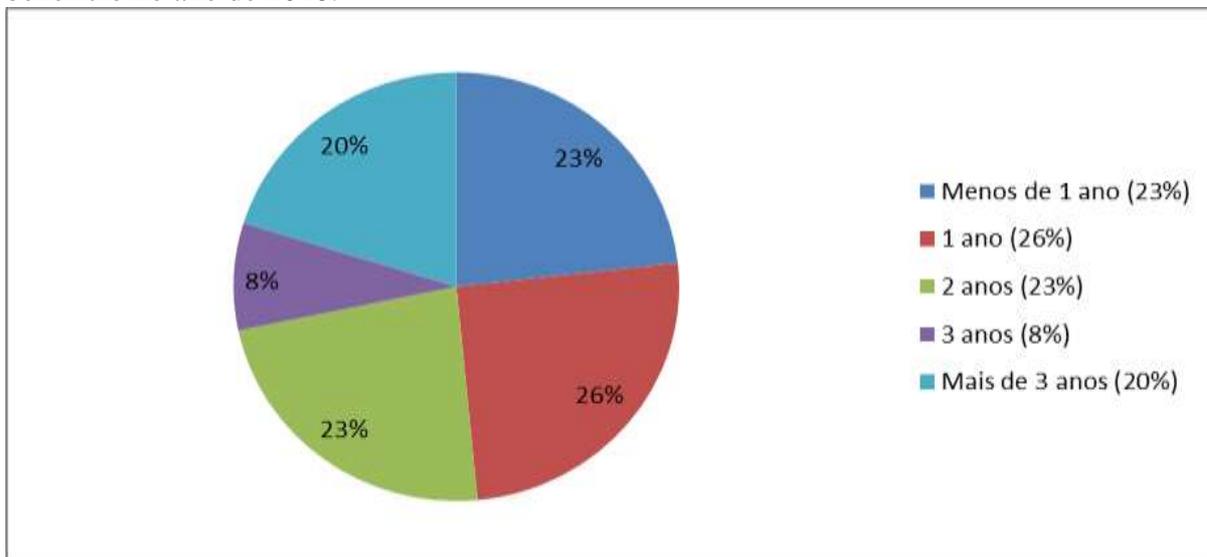


Gráfico 4: Tempo que recebe/recebeu alguma bolsa do PAE do IFMG-SJE

Fonte: elaborado pelo autor

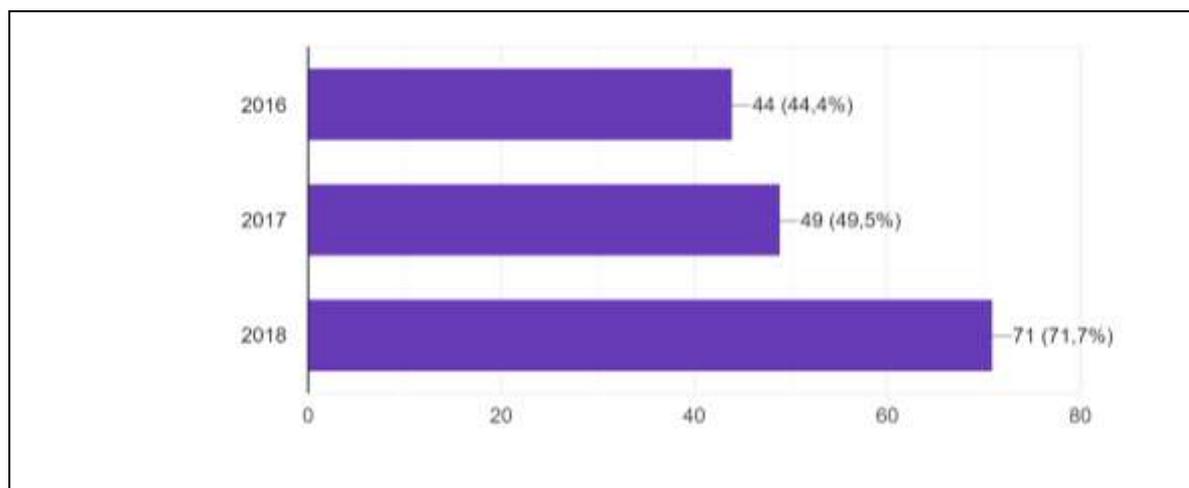


Gráfico 5: Ano em que recebeu alguma bolsa do PAE do IFMG-SJE

Fonte: elaborado pelo autor

Aproximadamente 90% dos bolsistas, que responderam o questionário, avaliam que o PAE contribui de forma efetiva para viabilidade de sua permanência no curso (**Gráfico 6**). Essa avaliação está de acordo com os resultados das pesquisas de Almeida (2013); Fernandes, (2012); Galdino (2016); Graeff (2014); Jesus (2016); Macedo (2014); Oliveira (2014); Queirós (2015) e Sacramento (2015) que indicam o PNAES como importante para a permanência dos estudantes nas IFES e conclusão dos cursos.

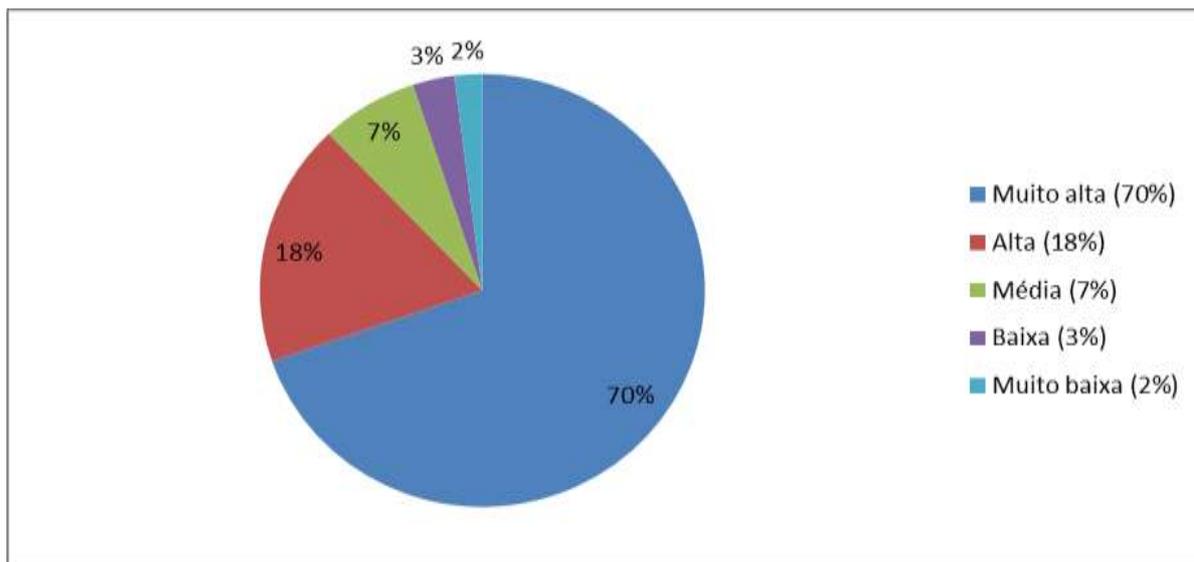


Gráfico 6: Contribuição do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE para permanência no curso

Fonte: elaborado pelo autor

No **Gráfico 7** percebe-se que cerca de 37% dos beneficiários do PAE do IFMG-SJE estão satisfeitos com o espaço para participação dos estudantes no planejamento das ações do PAE nesse *campus*, além de 41% que são indiferentes esta questão. Apenas 22% se consideram insatisfeitos com a forma que acontece essa participação. Avaliação dos estudantes diverge da análise dos executores, exposta nos itens 5.2.2 e 5.2.5, que dizem não haver participação dos estudantes e sugerem que sejam desenvolvidas ferramentas para propiciar tal participação.

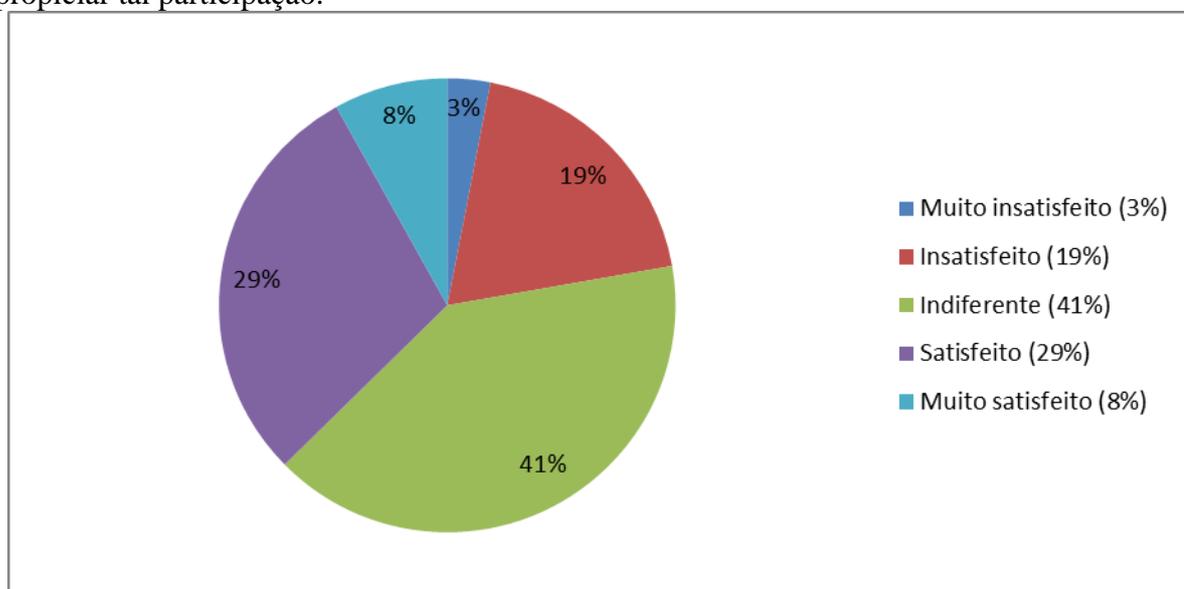


Gráfico 7: Satisfação com relação a participação no planejamento das ações do PAE do IFMG-SJE

Fonte: elaborado pelo autor

Na etapa de planejamento, os beneficiários estão satisfeitos com a forma de execução dos processos (**Tabela 1**), sendo os critérios utilizados para seleção o maior foco de

insatisfação com 33% e o preenchimento do questionário socioeconômico com melhor avaliação com 87% de satisfação.

Tabela 1: Satisfação dos beneficiários com relação serviços prestados na etapa de seleção de bolsistas

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito satisfeito
Prazo para inscrição	4%	14%	11%	54%	17%
Preenchimento do questionário socioeconômico	2%	4%	7%	71%	16%
Documentos comprobatórios solicitados e o prazo para entrega destes	1%	20%	13%	52%	14%
Crítérios utilizados para seleção	8%	25%	11%	47%	9%
Divulgação do edital e dos resultados	5%	13%	8%	52%	22%

Fonte: elaborado pelo autor

Os bolsistas também se mostram contentes com a execução dos processos relacionados a etapa de pagamento (**Tabela 2**). Nesta etapa o principal foco de desagrado está na regularidade do pagamento (se o pagamento ocorre todos os meses previstos e sem atrasos), no qual 31% dos respondentes estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos. Em contrapartida o acesso as informações relativas ao pagamento (previsão, valores recebidos, parcelas a receber, etc.) agrada a 74% dos participantes da pesquisa. Os estudantes do IFMG-SJE podem consultar as informações relacionadas a pagamento de bolsas no SysAE (*software* que gerencia a etapa de pagamento de bolsas no IFMG-SJE) sendo esse provavelmente o motivo deste item ter sido bem avaliado.

Tabela 2: Satisfação dos beneficiários com relação aos serviços prestados na etapa de pagamento das bolsas

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito satisfeito
Valores das bolsas	4%	16%	10%	58%	12%
Regularidade do pagamento	6%	25%	9%	45%	15%
Acesso a informação sobre os pagamentos	5%	12%	9%	55%	19%

Fonte: elaborado pelo autor

A **Tabela 3** apresenta o coeficiente de correlação linear de Pearson entre as características dos bolsistas (faixa etária, curso, situação no curso, tipo de bolsa que recebe, o tempo em que recebe a bolsa e ano que recebeu a bolsa dentro do período avaliado) e sua satisfação com a execução do PAE no IFMG-SJE.

Dancey e Reidy (2006) classificam o coeficiente de correlação de 0,10 até 0,39 como fraco; de 0,40 até 0,69 como moderado; de 0,70 até 0,99 como forte; e 1 como perfeito, independente de serem positivos ou negativos. Considerando a classificação proposta por estes autores não foi identificada nenhuma relação forte entre as características dos bolsistas e sua satisfação com a execução do PAE no IFMG-SJE.

Tabela 3: Coeficiente de correlação entre perfil do bolsista e a satisfação com a execução dos processos do PAE

	Faixa etária	Curso	Situação no curso	Tipo de bolsa	Tempo recebe	Ano
Prazo para inscrição	0,075	0,037	-0,391	0,018	0,205	-0,114
Preenchimento do questionário	-0,003	-0,096	-0,284	0,109	0,158	-0,106
Documentos comprobatórios solicitados e prazo para entrega	0,213	0,003	-0,154	0,184	0,037	-0,106
Crítérios utilizados para seleção	0,144	0,141	-0,144	0,197	0,027	-0,121
Divulgação edital	0,065	-0,013	-0,250	0,067	0,063	-0,267
Valores Bolsas	0,063	-0,052	-0,286	0,162	0,113	-0,259
Regularidade do pagamento	0,213	0,068	0,183	0,059	-0,410	-0,201
Acesso à informação sobre os pagamentos	0,214	0,031	0,080	0,080	-0,112	-0,107
Participação do estudante no planejamento	-0,043	0,142	0,149	-0,165	-0,312	-0,293

Fonte: elaborado pelo autor

O grau de satisfação com a regularidade do pagamento e o tempo de recebimento de bolsa (Menos de 1 ano a Mais de 3 anos) tem uma relação moderada inversamente proporcional (-0,410), ou seja, quanto mais tempo de recebimento de bolsa menor a satisfação com a regularidade do pagamento. Essa situação indica que pode ter ocorrido problemas com a regularidade do pagamento nos anos de 2016 e/ou 2017, uma vez que os estudantes que recebem/receberam bolsas por um maior período de tempo estariam com menor grau de satisfação. No entanto, o relacionamento do ano de recebimento de alguma bolsa com a satisfação com a regularidade do pagamento apresentou uma relação positiva fraca (-0,201). Para esclarecimento da situação seria necessário um novo estudo com esta finalidade.

Questionados sobre possíveis alterações que poderiam ter ocorrido nos processos e a implicação delas na qualidade do serviços prestado (**Tabela 4**) uma parcela significativa de bolsistas, entre 30 e 45%, alega não saber se houve alguma mudança. Esse percentual é semelhante ao dos respondentes que informaram ter recebido bolsas apenas no ano de 2018, 30%, o que pode justificar não saber de mudanças que tenham ocorrido em relação ao praticado em anos anteriores. Se considerarmos os bolsistas que dizem que não houve mudanças nos serviços prestados aos que alegam que houve mudanças, mas que eles não alteram a qualidade do atendimento, nos itens avaliados, temos uma variação entre 30% e 50%, algo bastante significativo.

Tabela 4: Percepção dos beneficiários com relação possíveis mudanças na metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE

	Não Sei	Mudou para pior	Não mudou	Mudou, mas não alterou a qualidade do serviço prestado	Mudou para melhor
Prazo para inscrição	41%	1%	13%	26%	18%
Preenchimento do questionário socioeconômico	33%	2%	13%	27%	24%
Documentos comprobatórios solicitados e o prazo para entrega destes	30%	1%	26%	24%	18%
Critérios utilizados para seleção do bolsista	38%	10%	16%	22%	13%
Divulgação do edital e dos resultados	32%	2%	23%	21%	21%
Valores das bolsas	31%	13%	11%	20%	24%
Regularidade do pagamento (se o pagamento ocorre todos os meses previstos e sem atrasos)	33%	11%	18%	16%	21%
Acesso a informação sobre os pagamentos (previsão, valores recebidos, parcelas a receber, etc.)	27%	6%	16%	19%	32%
Espaço para participação do estudante no planejamento das ações	44%	4%	21%	17%	13%

Fonte: elaborado pelo autor

Os servidores do IFMG responsáveis pela execução do PAE no *campus* São João Evangelista que participaram das entrevistas indicaram que foram efetuadas diversas mudanças na metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE, a avaliação dos estudantes indica que tais mudanças não refletiram em alterações muito significativas na qualidade do serviço prestado ao beneficiário.

Os beneficiários que acreditam que os serviços prestados melhoram variam de 13% a 24%, enquanto os que alegam um piora na qualidade do atendimento variam de 1% a 13%. Os itens em que as mudanças melhor avaliadas foram no “preenchimento do questionário socioeconômico” e nos “valores das bolsas”, sendo que este último também foi o que apresentou maior índice de insatisfação com 13% alegando que as mudanças foram para pior.

5.3 Resultados da Pesquisa Qualitativa: Entrevistas aos Servidores Responsáveis Pela execução do PAE

Na pesquisa qualitativa buscou-se elucidar os aspectos positivos e as fragilidades da metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE, averiguar possíveis alterações desta metodologia e coletar sugestões dos executores e usuários aperfeiçoamento dos métodos empregados.

5.3.1 Principais fragilidades e dificuldades encontradas na execução do PAE no IFMG-SJE

Considerando o período de 2016 a 2018 os executores do PAE do IFMG-SJE apontaram como principais dificuldades na execução do programa no *campus*: excesso de burocracia na etapa de seleção; falta de instrumento com indicadores objetivos para traçar perfis de candidatos que resultou em demora de informatização do processo de seleção; quadro de recursos humanos insuficiente; contingenciamento do recurso orçamentário da ação da assistência estudantil em 2017; acompanhamento de tutores e monitores por parte dos professores orientadores; acompanhamento da frequência às aulas dos bolsistas de modalidade socioeconômica; dificuldade com relatórios emitidos pelo SysSAE; atraso no repasse do recurso financeiro por parte do Governo Federal.

Na etapa de planejamento uma das fragilidades do PAE no IFMG-SJE diz respeito a não participação dos estudantes na definição de como o recurso orçamentário disponível será utilizado. A fala de E2 indica que não havia participação dos estudantes por não existir organização de representação estudantil no IFMG-SJE até então e que o IFMG-SJE já vislumbra essa participação para um futuro próximo. Seria de suma importância a participação de representações estudantis nessa etapa, isso tornaria o processo mais transparente e poderia resultar em um melhor atendimento das necessidades deste grupo.

Essa questão da participação dos alunos também é uma pendência no programa de assistência estudantil aqui do *campus*. A gente não tem, eles até hoje não se envolveram em orçamento, em saber quantas bolsas vai ter. Isso tudo é publicado no edital, mas eles não participam, até hoje eles não participaram. Agora que tem o grêmio porque antes também não tinha essa participação do grêmio, nem DA nem DCE. Vamos ver agora, se eles começam essa participação, porque eu acho importante eles estarem lá no planejamento das bolsas saber onde que vai gastar esse dinheiro da assistência estudantil. (E2, 2019)

Na etapa de seleção são diversas as dificuldades e fragilidades apresentadas. Passando por critérios de seleção, burocracia, excesso de documentos exigidos e insuficiência de recursos humanos. O somatório disso pode resultar em maior demanda de tempo para selecionar os estudantes e conseqüentemente no início do atendimento àqueles que necessitam das bolsas.

Dificuldade, as dificuldades para nós aqui elas estão basicamente de cunho de seleção de candidatos. Considerando que o nosso público de uma maneira geral é um público, que se a gente não fizer um pente fino todos eles fazem jus algum tipo de benefício. Então a dificuldade maior é em fazer essa seleção. É como selecionar esse beneficiário. (E1, 2019)

Eu acho papel demais, sabe muito burocrático, mas se a gente não tivesse a papelada também não tem como a gente fazer a análise. (E2, 2019)

Pensando de 2016 a 2018 a grande fragilidade que houve foi a não existência de um instrumento que tivesse os indicadores, isso fez com que a gente demorasse bastante a avançar na informatização por não ter documentos ainda capazes de indicar perfis, de indicadores que dessem conta de responder as demandas que estavam apresentadas. então eu acho que esse uma das grandes questões. Uma outra questão foi o quadro de recursos humanos insuficiente e talvez agora em 2019 ele comece a pelo menos o que a gente chama de minimamente ideal, hoje ainda no IFMG nós temos três *campus* que não tem assistentes sociais e essas demandas são divididas com os outros assistentes sociais que tem nos *campus*. Então os recursos humanos foi uma fragilidade e também a não inclusão de outros profissionais além dos assistentes sociais na assistência estudantil. Muito em razão de não haver uma política que desenhasse e não colocasse outros atores que fossem capazes de maneira articulada trabalhar, mesmo que houvesse profissionais que trabalhassem em prol do aluno essas ações estavam

desarticuladas. Então isso às vezes dificultava até o atendimento pleno daquele estudante uma vez que as equipes não estavam as vezes articuladas. (E4, 2019)

O IFMG tem buscado meios de superar essas dificuldades, primeiro mudando o modelo das bolsas ofertadas e padronizando a metodologia de análise socioeconômica em todo o Instituto.

A partir de 2017 aí achou-se melhor fazer uma outra normativa juntando esses benefícios da categoria socioeconômica, em vez de colocar categoria socioeconômica de transporte, moradia creche, atividade passou a chamar bolsa permanência. Aí foi dividido em nível 1, 2, 3 e 4 e para cada nível foi feito um valor e aí nós passamos a utilizar para essa seleção um formulário onde computava cada critério tinha um valor, cada indicador que a pessoa é colocasse no junto ao formulário ela teria um valor então no final ia somando esses valores e achava se a pessoa, ela tinha perfil A, B, C ou D. (E2, 2019)

Até 2015 o Programa da Assistência Estudantil aqui no IFMG, que começou em 2011, ele instituído por portaria, ele atendia a estudantes tal qual o decreto que regulamenta o programa da assistência estudantil prevê, nas áreas de moradia, de alimentação, de transporte vinculadas a editais e a análise socioeconômicas que era feita pelas assistentes sociais. Até então não havia uma metodologia de análise socioeconômica padronizada, os profissionais faziam de acordo com seus conhecimentos adquiridos na universidade. (E4, 2019)

Em 2015 o Núcleo de Assistentes Sociais já vinha fazendo uma discussão sobre uma reformulação de como o programa vinha andando. O perfil do aluno mudou bastante aumentou também a demanda, devido a vários fatores econômicos que veio, desemprego, então houve um empobrecimento deste público que acabou fazendo com que a demanda aumentasse em relação os recursos e que acabou nos empurrando para uma necessidade da construção de parâmetros que fosse uniformizados, de metodologias que fossem capazes de aferir no IFMG como um todo, uma vez que ele é muito diferente em cada área em cada *campi*. (E4, 2019)

No ano de 2016 foi feita uma discussão de uma mudança do modo como eram ofertados também os auxílios que eram o de moradia, o auxílio creche, o auxílio alimentação, transporte municipal e o intermunicipal. Porque os valores fracionados...percebeu-se no entendimento que eles não eram o suficiente para poder atender uma demanda de um aluno. [...]Então o Núcleo de Assistentes Sociais se reuniu e buscou junto a UFMG, no programa da FUMP, junto a UFOP, no Programa de Assistência Estudantil de lá, um conceito de bolsa permanência que foi a categorização de quatro auxílios ao invés de fracionamento de auxílio menores. [...] Então foram criados em 2016 um perfilamento (caracterização) do aluno do IFMG que vai do perfil A até o perfil E, o perfil A, sendo estudante que tem grande dificuldade de permanecer no IFMG e o perfil E que é aquele que não tem nenhuma dificuldade em permanecer. Então foram criados os indicadores, foram considerados os indicadores de acordo com que o decreto pede que a gente atenda, então indicadores que consigam verificar a questão da distância de deslocamento. A questão da composição do grupo familiar para verificar se há presença de idoso, criança e adolescente, tentando contemplar a questão do auxílio creche. Também foi verificado a questão do trabalho, para verificar a fragilidade daquele grupo para verificar se ele precisava do transporte ou para alimentação para se manter. Então em 2016 foi feita essa grande discussão e em 2017 a nova normativa da assistência estudantil já vem retirando esses auxílios que eram fracionados antes em moradia, alimentação, transporte e creche nas 4 modalidades, indicando os cinco perfis e também trazendo agora uma padronização na hora da análise socioeconômica. O aluno passa a responder um questionário socioeconômico para cada pergunta dele é atribuída uma nota e essa nota dá para ele um índice que é chamado de índice de vulnerabilidade social que vai perfilar ele em um perfil A, B, C ou D. [...] Então há uma mudança enorme na assistência estudantil no momento do planejamento e também no deferimento e no fluxo também de deferimento das bolsas em 2017. (E4, 2019)

Outra medida tomada para mitigar os problemas relacionados à seleção de candidatos foi a utilização de planilhas eletrônicas com fórmulas macros e a criação de um sistema informatizado que já foi desenvolvido e tem previsão de utilização a partir de 2019. Com esse sistema o estudante fará sua inscrição *online*, responderá o questionário socioeconômico e anexará a documentação comprobatória.

O próprio sistema irá gerar uma classificação e as assistentes sociais irão conferir a documentação comprobatória para validação da informação indicada pelo candidato.

Desta forma, acredita-se que este sistema irá agilizar a etapa de seleção, torná-la menos burocrática e mais assertiva. A criação das planilhas e o desenvolvimento deste sistema só foram possíveis graças a padronização da metodologia de análise e uniformização dos parâmetros de avaliação.

A partir de 2019 nova metodologia, isso tudo para tentar aprimorar a seleção agora vai ser um sistema novo aí já não é mais aquela tabelinha de colocar valor para cada indicador e sim já vem no sistema mesmo de informática onde todos os documentação não vai utilizar mais papel porque era muito grande numero de papel tínhamos aí agora vai colocar tudo lá. (E2, 2019)

Em 2018 a gente aprimorou para uma técnica que foi através da criação de uma planilha com uma fórmula macro. Dentro desta planilha foi permitido que o assistente social lançasse nessa planilha e ela calculasse esses indicadores e desse o perfil para a gente planilhando numa figura de Excel. [...]e aí finalizando este processo de 2018 ele foi fundamental no primeiro momento no que se diz aos critérios aos fluxos para poder desdobrar no que está acontecendo agora em 2019 que foi a informatização total do processo, onde é o aluno hoje que lança toda a documentação de forma digital e também colocam as informações. (E4, 2019)

Essas mudanças não foram uma ação do *campus* São João Evangelista. Elas foram implantadas pela DIRAE em todo o IFMG com participação de representantes de todos os *campi*. Algumas ações devem ser padronizadas e a participação de todos nas decisões é muito importante para o sucesso na aplicação do que foi acordado. Outro ponto importante a ser observado é que após a definição da DIRAE junto ao Núcleo de Assistentes Sociais e setores dos *campi* as alterações no PAE passam ainda pelo Colégio de Dirigentes e Conselho Superior.

Tem a participação do *campus*, porque ela é definida junto ao Núcleo das Assistentes Sociais, que tem do IFMG, então tudo que envolve assistência estudantil tem a participação do núcleo das assistentes sociais. (E2, 2019)

[...]define toda a dinâmica que vai ser a questão da seleção do aluno e passa para o colégio de dirigentes para ser aprovado, então ele passa pelo colégio de dirigentes e conselho superior para ser aprovado. (E2, 2019)

Nos demais processos da etapa de seleção como edital, divulgação e inscrição não foram apontadas dificuldades e fragilidades pelos executores. Isso não significa que não exista problemas nestes processos. Eventualmente os problemas poderão ocorrer, porém o impacto que provocado deverá ser inferior ao provocado pelos percalços elencados pelos entrevistados nesta pesquisa.

No que diz respeito aos procedimentos relacionados, a etapa de pagamento foi uma das principais dificuldades apontadas é o preenchimento do formulário de solicitação de pagamento auxílio financeiro em planilha de Excel, que aconteceu até o ano de 2016. Eram recorrentes erros na digitação dos dados dos beneficiários ou dados informados incorretos, isso gerava retrabalho nos setores responsáveis pela solicitação e pela execução do pagamento, além de contribuir para ocorrência de atrasos no pagamento dos benefícios.

Visando a melhoria e maior transparência no controle da informação, bem como otimização da gestão e execução do PAE no Instituto Federal de Minas Gerais - *campus* São

João Evangelista (IFMG-SJE), o setor de desenvolvimento de *software* deste *campus*, juntamente com dois estudantes do curso bacharelado em Sistemas de Informação, bolsistas na modalidade Grupo de Apoio Técnico (GAT), desenvolveu, o *software* “Sistema de Assistência Estudantil do IFMG-SJE” (SysAE) para gestão do PAE.

O propósito no desenvolvimento do SysAE foi possibilitar o controle das informações referentes a pagamentos da assistência estudantil no *campus*; facilitar o preenchimento dos formulários de solicitação; viabilizar a consulta dos pagamentos recebidos e a receber pelos beneficiários, além de evitar a ocorrência de retrabalho. Para isso importa-se os dados pessoais (nome, CPF, curso) dos estudantes do sistema acadêmico, os estudantes procuram os setores responsáveis para cadastro da conta bancária e cada setor envolvido nos processos relacionados ao pagamento de auxílios lançam as informações pertinentes no SysAE que irão para o banco de dados desse sistema e constarão nos relatórios emitidos.

Porque antes nós fazíamos era em planilha de Excel né. Aí, uma confusão por causa de contas bancárias que os estudantes passam errado, então assim com o SysAE isso ocorreu nos primeiros meses, no primeiro mês especificamente, mas depois tudo ficou mais acertado. (E2, 2019)

[...]a função de execução que melhorou muito o fluxo foi a questão do sistema que foi feito. [...] Melhorou o fluxo do atendimento do aluno com relação ao cadastro no dia-a-dia, lançar as bolsas e fazer o pagamento. Onde o aluno passou a ter também uma comunicação direta com setor financeiro, porque antes ficava tudo via planilha Excel a coisa ficava bem dificultosa, então eu acho que com esse programa aí o sistema ele melhorou. Até sem perceber assim, a procura no setor financeiro diminuiu depois da implantação de sistema. (E3, 2019)

O SysAE veio a facilitar muito essa parte de planilha desses dados chegarem de forma mais confiáveis até o nosso departamento de execução, porque antes do SysAE vinha uma planilha por e-mail e as vezes vinham com dados inconsistentes, na sua maioria das vezes, e era retrabalho de estar lançando novamente de tá comunicando novamente ao setor solicitante para que faça os dados, novamente às vezes vinham com outros dados inconsistentes, voltava de novo. Quer dizer era um excesso de retrabalho, era mais demorado o processo e acabava estressando os vários elos dessa corrente para tá concluindo o processo. (E7, 2019)

Esse *software* não extingue os erros de digitação ou interpretação, mas evita que o mesmo erro se repita uma vez que identificado o erro ele é corrigido no banco de dados evitando a recorrência nas próximas solicitações como ocorria com as planilhas eletrônicas. Vale ressaltar que o SysAE é utilizado apenas no *campus* São João Evangelista. Esse sistema computadorizado trouxe muitos benefícios para essa fase do PAE no IFMG-SJE. No entanto, tendo em face seu pouco tempo de uso, dois anos, ainda carece de ajustes.

Vejo como dificuldade um pouco do programa é a questão relatórios para acompanhamento, que a gente não tem alguns relatórios que seriam necessários para a gente acompanhar melhor o processo. Então se houvesse um maior número de relatórios e esses relatórios fossem assim um pouco mais detalhados seria mais interessante para as coordenações estarem acompanhando melhor todas as etapas do processo. (E7, 2019)

Outro ponto destacado como uma fragilidade na execução do PAE do IFMG-SJE diz respeito ao repasse de recurso financeiro do Governo Federal para o IFMG. Para E2 “[...] *os gargalos ocorrem apenas quando não tem repasse de recurso*”, E3 também cita que “*a fragilidade que eu vejo é a questão do repasse financeiro, o atraso né*” e E7 diz:

Ainda a respeito da execução financeira ocorre também às vezes de ter uma demora no repasse de financeiro por parte do governo federal e isso ocasiona estresse também em todas as partes envolvidas e na maioria das vezes isso independe da execução, do

planejamento, dos outros elos do processo porque depende do fluxo de arrecadação do governo e das prioridades em tá liberando esse financeiro. (E7, 2019)

A liberação do recurso financeiro é operacionalizada pelo Ministério da Fazenda por meio da Secretária de Tesouro Nacional – STN que repassa para o MEC e depois é sub-repassado ao IFMG. O IFMG-SJE não tem controle sobre esses processos externos que podem resultar em atraso no pagamento das bolsas. Como os bolsistas, na maioria das vezes, não têm conhecimento sobre como ocorre o processo de liberação de recurso financeiro imputam todo o atraso ao IFMG-SJE.

Às vezes assim a cobrança é feita em cima da gente e não tá nas nossas mãos de resolver, e às vezes o aluno não entende isso também. Ele quer saber que dia o dinheiro estará na conta dele. (E3, 2019)

Na etapa de acompanhamento dos bolsistas de cunho socioeconômico, E2 aponta dificuldade na apuração da frequência desses estudantes no sistema acadêmico do IFMG-SJE: *“Aí que nós vamos fazer uma pesquisa no CONECTA, que infelizmente nem sempre dá o real mesmo que tá acontecendo, com aquele estudante que as vezes ele falta mas no Conecta tem presença”*. E4 também indica fragilidade no acompanhamento da frequência dos bolsistas.

Então por exemplo eu acho que o controle de faltas eu acho que isso é um gargalo ainda porque os alunos que são atendidos pela Assistência Estudantil a gente pede que tenha 75% de frequência trimestral em cada disciplina, então se a gente sabe que esse aluno ele não está comparecendo a sala de aula se a gente já é logo avisado se há uma interlocução eu acho que as propostas de intervenção seja pela assistente social, psicólogo ou pedagogo vão ser mais assertivas nesse momento para o aluno permanecer e não esperar ele talvez lá no final saber que ele está evadindo por “n” motivos. (E4, 2019)

Nas bolsas de mérito acadêmico, as dificuldades dizem respeito ao acompanhamento das atividades realizadas pelos bolsistas. E5 comenta que há dias em que nenhum estudante procura a tutoria de determinadas disciplinas *“Eu acho que fragilidade talvez um acompanhamento mais próximo do que que esses meninos fazem. Às vezes eu recebo relatório aqui e naquele período o aluno não conseguiu dar aula porque não tinha alunos”*. E6 segue esta mesma linha de pensamento:

Eu acho que esse acompanhamento ele deveria ser mais do professor orientador do que de alguém do Setor Pedagógico. Eu acho que isso é uma fragilidade porque o professor ele sabe da demanda da disciplina, inclusive em sala de aula, então acho que quem tem que fazer o acompanhamento do monitor é o professor que está orientando. Não é um acampamento de só assinar o relatório, é uma acompanhamento de ir lá visitar a monitoria alguns dias verificar como está funcionando, talvez elaborar uma nova proposta de monitoria que não seja só um monitor que vai lá explica a matéria X. Porque as vezes quem procura a monitoria, talvez o perfil do aluno que procura monitoria seja aquele aluno que não consegue aprender da mesma forma que o professor dá aula, talvez teria que ter outra estratégia metodológica para o monitoria acontecer. Eu vejo nisso uma fragilidade, eu não sei dizer se este acompanhamento no ponto de vista prático se ele realmente é efetivo. Sabe? (E6, 2019)

Apesar das colocações de E5 e E6 é preciso ressaltar que a carga horária de aulas dos professores orientadores dificulta que esses acompanhem os tutores/monitores sob sua responsabilidade. Isso pode ser observado em outra fala de E5: *“Inclusive eu cobrei dos professores orientadores que acompanhasse esses meninos, mas eles colocam que é difícil de acompanhar esses meninos dada a carga horária que os professores têm. Às vezes no momento que o aluno está dando tutoria o professor não pode porque está dando aula”*.

5.3.2 Pontos positivos na metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE

Pela perspectiva dos executores na etapa de planejamento, a descentralização dos recursos orçamentários da Reitoria do IFMG para os *campi* é um dos aspectos positivos do PAE desta instituição.

Acho que a Reitoria estar liberando esse recurso todo para ser feito aqui, porque antes fazia lá, e o pagamento sendo feito aqui, mesmo havendo atraso, eu acho que é um ponto positivo quando houve essa descentralização entendeu. Deu mais autonomia para o *campus* estar atuando né. (E3, 2019)

Um outro ponto positivo é que desde 2016 até 2019 todo o recurso da Assistência Estudantil ele tem sido descentralizado através de um memorando, que é onde é informado a todos os *campi* né a publicidade dos orçamentos para cada ano e isso facilitou o monitoramento desses recursos se estão sendo empenhados, se estão sendo gastos, se está ficando de restos a pagar. Então acho que para o gestor que recebeu, o gestor da Assistência Estudantil local assim como o Diretor também talvez uma clareza maior de onde está o recurso e onde está sobrando, onde está precisando aplicar mais. Eu acho que foi um ponto positivo. (E4, 2019)

Outro fator positivo apontado nesta fase foi a desvinculação orçamentária de ações de pesquisa e extensão do PAE do IFMG. Até 2015, essas ações eram custeadas com recurso do PAE, o que resultava na diminuição da oferta de auxílios que eram de caráter socioeconômico ou de apoio pedagógico. Além disso, a partir de 2017 os *campi* do IFMG passaram a investir um percentual do restante do seu orçamento anual nas ações da assistência estudantil. Este percentual foi de 1% em 2017 e 2% em 2018. A conjugação destes dois fatos elevou a capacidade de atendimento do PAE do IFMG aos estudantes que necessitam destes auxílios para se manterem nos cursos.

Um outro ponto positivo foi a desvinculação do orçamento da assistência estudantil das ações de pesquisa e extensão, isso deu para a gente uma capacidade de ampliar as nossas atividades. (E4, 2019)

Um outro ponto positivo que foi gerado também em 2017, em 2018, foi a diretriz do próprio *campus* de percentuais. Ficou definido no Colégio de Dirigentes que 1% do orçamento seria destinado para as ações da assistência estudantil para além daquilo que já era encaminhado pela Diretoria. Em 2018 esse percentual aumentou para 2%, então verificou-se que a demanda ela era real e que a aplicação dela de fato trazia bons resultados. (E4, 2019)

Na seleção são vistos como pontos positivos, com relação a bolsas de caráter socioeconômico, a participação das assistentes sociais na elaboração dos editais de seleção, a padronização da metodologia de análise socioeconômica e a informatização do processo de seleção.

vejo também nos próprios editais, hoje a assistente social tem muitas coisas que ela consegue colocar suas ideias, sugestões, para definir melhor as regras do jogo lá. (E3, 2019)

O ponto positivo do Programa, que penso que esse documento da metodologia de análise socioeconômica ela norteou muito das ações que começaram a serem desenvolvidas a partir daí. Então acho que um ponto positivo foi a criação da metodologia de análise socioeconômica. (E4, 2019)

2018 a gente já verifica, pelo menos pelo Núcleo de Assistentes Sociais, uma maior clareza no modo de como é a logística de todo o processo e também até uma segurança para que ele faça a análise de um outro *campus* porque não é baseado mais apenas nos critérios digamos que apresenta ali sem contabilizar os indicadores. (E4, 2019)

E2 inclui o fato das análises serem feitas com a participação de assistentes sociais não pertencentes ao *campus* como algo positivo, por demonstrar impessoalidade na seleção. De acordo com a fala desse entrevistado caso a seleção ocorresse no *campus*, alguns estudantes que concorrerem aos benefícios e tiverem a solicitação indeferida poderiam danificar patrimônios pessoais de responsáveis pela avaliação.

Porque ele não personaliza quem tá selecionando aquele aluno. Porque é perigoso quando você chega a personalizar um processo. Porque igual aconteceu várias vezes de ter carro riscado, o meu carro mesmo o pneu foi furado uma vez. Porque assim as pessoas acham que é você que tá selecionando, então quando a gente faz na Reitoria com o NAS a frente, então ele deixa de personalizar. (E2, 2019)

Com relação a informatização do processo de seleção E2 e E4 destacam como ponto positivo e esperam que o sistema computadorizado desenvolvido pelo IFMG, que entra em operação no ano de 2019, ajude a diminuir o tempo gasto nos procedimentos executados nesta etapa. E5 concorda que o *software* deverá agilizar os procedimentos, mas demonstra preocupação com o processo feito exclusivamente por meio digital, ele teme que os estudantes com mais necessidade de atendimento do PAE sejam excluídos do processo por falta de acesso a computador.

A partir de 2019 nova metodologia, isso tudo para tentar aprimorar a seleção agora vai ser um sistema novo aí já não é mais aquela tabelinha de colocar valor para cada indicador e sim já vem no sistema mesmo de informática onde todos os documentação não vai utilizar mais papel porque era muito grande numero de papel tínhamos aí agora vai colocar tudo lá. (E4, 2019)

E um outro ponto positivo que eu considero que foi esse processo de informatização do processo seletivo que diminuiu né, o número de tempo que era antes para as análises. Acho que em 2019 seja um ano que seja ainda melhor para avaliar. (E4, 2019)

[...]é um avanço a gente tornar tudo feito por meio da internet, por meio digital, mas a gente tem que se atentar também para o fato de que muito dos nossos alunos não têm acesso aos meios digitais. Aluno por exemplo do ensino médio que está chegando agora [...]existe uma porta da assistência estudantil acessível a ele, ele pode não ter familiaridade assim como a família dele pode não ter condições para fazer a juntada desses documentos e encaminhar isso tudo por meio digital. É uma avanço, mas é preciso que a gente pense talvez numa estratégia para atender que tem a maior dificuldade[...].É avanço mas a gente precisa pensar também que nem todos tem as condições mínimas para desfrutar deste tipo de avanço, que a gente julga que vai acelerar nosso processo mas pode ser que a gente tem risco de ficar...deixar algumas pessoas de fora, talvez o que mais precisa. (E5,2019)

Para a seleção da bolsa de monitoria o processo em duas etapas com prova escrita e entrevista foi destacado como algo positivo por E6: *“Um ponto que eu vejo como positivo é essa estratégia de seleção do monitor. De fazer uma prova escrita de ter uma entrevista, porque as vezes nem tudo que você vê [...] porque as vezes o aluno é um excelente escritor, mas na hora de ensinar mesmo ele não consegue materializar e um monitor precisa.”*. Este mesmo entrevistado aponta o fato de o monitor entregar um relatório em meio físico das atividades realizadas, atestado pelo professor responsável, como outro aspecto positivo na forma de execução do PAE.

Essa questão do lançamento de todas atividades do monitor por um documento físico, eu acho que documenta mesmo. Apesar de a gente usar várias tecnologias e ter no próprio google ferramentas que você pode fazer avaliação de trabalhos por ali, esse documento escrito, para gente que executa o pagamento, é um respaldo. Porque o

professor que está orientado agente espera que que ele está acompanhando efetivamente aquelas atividades. (E6, 2019)

O desenvolvimento de um programa computadorizado para gestão e execução dos pagamentos de auxílios e bolsas do programa da assistência estudantil também foi apontado como um dos pontos fortes da metodologia de execução do PAE no IFMG por E7.

Eu tenho mais a dizer é melhorias, nessa maior confiabilidade de dados, menos estresse para os atores envolvidos. Antes a gente via professor, ou mesmo as coordenações de assistência estudantil solicitando dados de alunos, e às vezes eles vinham inconsistentes e hoje tem mais confiabilidade, você importa isso do Conecta. (E7, 2019)

5.3.3 Recurso orçamentário disponibilizado

Indagados se o recurso orçamentário disponibilizado para o PAE do IFMG é suficiente para atender a demanda apresentada pelos estudantes do IFMG-SJE os executores do Programa divergiram em suas opiniões. Para E1, E2, E4 e E6 o orçamentário destinado ao PAE do IFMG-SJE é suficiente já E3, E5 e E7 acreditam que o valor empregado no programa não é suficiente para atender as necessidades dos estudantes do *campus*.

[...]o recurso disponibilizado ele atende, se fosse mais a gente conseguiria atender o maior número de pessoas devido ao perfil do nosso público. Nós estamos na região de público de pessoas com bastante necessidade financeira, muito carente. (E1, 2019)

No IFMG como um todo não. No *campus* São João Evangelista dá. (E2, 2019)

As vezes eu percebo assim, pela procura que tem, às vezes não consegue atender a todos né com o recurso, entendeu? Então às vezes o valor da bolsa acaba sendo até, são bolsas menores, atende até um número maior de pessoas, mas eu acho que teria que ter mais recurso para atender, mas assim, a necessidade do aluno mesmo. Então teria que ser ampliado esse recurso aí, embora se falar qual o valor? Acho que carece um estudo melhor, pegando os dados que a assistente social tem para chegar em um valor justo. (E3, 2019)

Pensando em São João, se for pensar especificamente de São João da leitura que eu tenho hoje ele tem sido suficiente. São João não só por causa...mas São João por uma característica do internato, que possibilita ele ter uma do internato[...] e também por mais que São João hoje tenha um público que seja muito pobre o custo de vida não é tão grande como enquanto nas capitais e região metropolitana. Então faz com que um aluno do perfil A caso ele esteja pela moradia e alimentação ele vai conseguir ter suas demandas supridas[...]Então hoje o que a gente tem de São João é que o recurso, mas feitos esses apontamentos que é o da RIP mais o da Assistência Estudantil mais o investimento do próprio *campus*, o *campus* hoje tem conseguido as necessidades daquele que precisa. Então um aluno que precise muito em São João dificilmente ele vai ficar descoberto. (E4, 2019)

Suficiente ele não é não. Ele tem atendido, de forma um pouco precária no sentido de que como disse nossa região é uma região muito carente[...] (E5, 2019)

Sim. Eu vejo como suficiente, porque eu acho que se não fosse a gente teria algumas reclamações né, e a gente não vê. Os professores que têm monitores são professores que realmente apresentam demanda para monitoria. (E6, 2019)

Não. Esse valor ele não é suficiente para se fazer todas as políticas que seriam necessárias. Ele é o que a gente tem e a gente faz as políticas assistências possíveis mediante esse valor. Se fosse um valor maior a gente poderia estar ampliando essa política e atendendo um leque maior de pessoas em vulnerabilidade social. (E7)

Observando a explanação dos motivos que levam os entrevistados a julgar o recurso orçamentário aplicado no PAE do IFMG-SJE suficiente ou insuficiente há uma tendência de que as necessidades dos estudantes não são atendidas em sua totalidade, mas os que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica recebam algum auxílio. O baixo custo de vida da cidade de São João Evangelista, se comparado a grandes centros como os *campus* do IFMG localizados na região Metropolitana de Belo Horizonte, somado a estrutura oferecida pelo *campus*, como alojamento e refeitório, ajudam a potencializar as ações do PAE.

5.3.4 Sugestões para otimizar a operacionalização do PAE no IFMG-SJE

As sugestões dos executores e dos beneficiários para otimizar a operacionalização do PAE no IFMG-SJE são: participação dos discentes no planejamento das ações do PAE; informatização dos processos que ainda não são feitos através de *softwares* específicos; melhorar a divulgação dos editais de seleção; antecipação do processo de seleção de bolsistas para viabilizar o pagamento das bolsas no início do ano letivo; alteração dos critérios de concessão de bolsas; inclusão de entrevista no processo de seleção de bolsista; renovação automática de bolsas do ano anterior; aprimoramento do *software* utilizado para gerir os pagamentos dos auxílios; definição de data fixa do pagamento dos benefícios, dimensionamento de equipe mínima de profissionais envolvidos no PAE; articulação entre a Assistência estudantil e outros setores como pesquisa e extensão; desenvolver ferramentas de acompanhamento e avaliação do PAE do IFMG.

Para E4 e B97 o IFMG deve desenvolver meios para incluir os discentes no planejamento do PAE. O entrevistado em questão ressalta que a natureza multi *campi* do IFMG dificulta ações voltadas para participação dos estudantes mas é necessário desenvolver meios para isso “*O fato do IFMG ter vários campi distantes então a gente tem dificuldades de reunir todos num único espaço mas eu acho que é uma tarefa para a gestão pensar nisso de como envolver mais por que hoje os estudantes precisam participar mais desse processo de decisão. Acho que é por aí.*”.

Com relação a informatização de etapas que ainda não são atendidas pelos programas utilizados no PAE do IFMG, B88 sugere informatizar a etapa de seleção “*menos papelada e que as condições possam ser feitas somente num portal da Internet e se precisar usar uma auditoria para avaliar se o aluno realmente precisa do benefício*”. O IFMG já vem buscando informatizar esta etapa, foi desenvolvido um sistema especificamente para ela e há uma grande expectativa para otimização dos processos.

A partir de 2019 nova metodologia, isso tudo para tentar aprimorar a seleção agora vai ser um sistema novo aí. Já não é mais aquela tabelinha de colocar valor para cada indicador e sim já vem no sistema mesmo de informática onde todos os documentação não vai utilizar mais papel porque era muito grande numero de papel tínhamos aí agora vai colocar tudo lá. (E2, 2019)

[...]Foi um ano para desenvolver esse. Desde o início do ano que a gente está trabalhando nisso dando sugestões para desenvolver esse sistema. Aí ele ficou pronto agora, claro que na versão 1 né, vamos ajustando. (E2, 2019)

[...] eu acho que agora a gente vai ver se esse sistema vai realmente funciona. Eu acho papel demais, sabe muito burocrático, mas se a gente não tivesse a papelada também não tem como a gente fazer a análise. Eu acho que com esse sistema agora talvez dê para melhorar. (E2, 2019)

A gente tinha uma necessidade muito grande que era dessa informatização, 2018 eu falaria que seria a informatização[...]. (E4, 2019)

Um ponto a ser observado é que será criado um novo *software* para a seleção e que este será independente em relação ao utilizado na etapa de pagamento, sendo assim os processos relativos ao PAE no IFMG-SJE serão executados em dois *softwares*. Acredito que a discussão sobre a unificação dos sistemas computadorizados que atendem o PAE no IFMG-SJE acontecerá em um futuro breve. Talvez um sistema único que abrangesse todas as etapas do PAE da seleção até a avaliação e que dialogasse com o sistema acadêmico do IFMG fosse mais efetivo, no entanto devemos ponderar que o seu desenvolvimento demandaria maior tempo e recursos financeiros.

O SysAE, sistema utilizado na etapa de pagamento, está em uso há dois anos e já há sugestões de alteração a serem implantadas. E2 sugere aprimoramento no procedimento de inserção de dados “[...]o que eu vejo para otimizar, talvez assim é melhorar o sistema. Que ele esteja mais, como eu falo, assim facilitar mais a inserção de dados nele né[...]”. Já E7 gostaria que o SysAE apresentasse mais relatórios a serem utilizados pelas coordenações dos setores envolvidos com o PAE do IFMG-SJE:

[...] Vejo como dificuldade um pouco do programa é a questão relatórios para acompanhamento, que a gente não tem alguns relatórios que seriam necessários para a gente acompanhar melhor o processo. Então se houvesse um maior número de relatórios e esses relatórios fossem assim um pouco mais detalhados seria mais interessante para as coordenações estarem acompanhando melhor todas as etapas do processo. (E7, 2019)

Ainda sobre o tema informatização, E3 sugere a criação de um aplicativo para *smartphones* para acesso ao SysAE. A interação deste *software* com os bolsistas acontece via e-mail, o que para E3 é deficiente uma vez que diversos estudantes não acessam seus e-mails com frequência, para ele um aplicativo tornaria essa interação mais eficiente.

[...]talvez na comunicação desse sistema com aluno, de forma que não sei se um aplicativo que possa ter mais acesso e ser mais rápido. Porque às vezes é por e-mail a comunicação, mas no dia-a-dia a maioria dos nossos jovens poucos se olha o e-mail. Então assim acho que o aplicativo acaba sendo uma coisa mais interativo com eles. (E3, 2019)

Para a etapa de pagamento B18, B36, B38, B42 e B86 recomendam maior regularidade no pagamento, B97 sugere que seja definida uma data “e que fossemos melhor informados sobre prazo de análise e data de recebimento do auxílio, pois nunca nos falamos nada e demoram muito e como dependente do auxílio despesas são fixas e não permitem atraso a gente acaba sem saber o que fazer pois o valor nunca cai num dia certo.”. Essa sugestão vai ao encontro da proposta de E3 de fixação de datas para repasse do recurso financeiro do MEC para o IFMG, “Melhorar o fluxo e repasse do governo também, acho que seria definir a data X é essa e pronto e sacramentar isso aí. Porque aí não ficaríamos reféns, até para explicar as vezes você explica uma data, amanhã o aluno vem e não veio fica uma coisa que cai um pouco em descrédito”. No entanto, como o repasse dos recursos financeiros é de responsabilidade do Governo Federal, o IFMG não tem autonomia para por em prática essas sugestões.

Para E4, é necessário que seja feito um dimensionamento de uma equipe mínima para atuação no PAE nos *campi* do IFMG: “mas hoje o que é muito importante é a definição das equipes mínimas em cada campus da Assistência Estudantil, esse apoio”. De acordo com o relatório de gestão do IFMG do ano de 2016 uma equipe mínima da Assistência Estudantil, para cada grupo de 1200 estudantes, deve ser composta por: assistente social, psicólogo, nutricionista, técnico em assuntos educacionais e assistente de alunos. Considerando o este relatório de gestão o IFMG-SJE tem uma equipe mínima. Segundo E4

três *campus* do IFMG não tem assistentes sociais e as demandas deles são divididas com profissionais de outros *campi*, ele espera que em 2019 isso melhore.

Uma outra questão foi o quadro de recursos humanos insuficiente e talvez agora em 2019 ele comece a pelo menos o que a gente chama de minimamente ideal, hoje ainda no IFMG nós temos três *campus* que não tem assistentes sociais e essas demandas são divididas com os outros assistentes sociais que tem nos *campus*. (E4, 2019)

Este mesmo entrevistado pondera que o PAE não deve ser visto como o único instrumento responsável pela permanência dos estudantes em vulnerabilidade social dentro do IFMG. Ele sugere ações vinculados ao PAE em diversos setores dos *campi* do IFMG, como ensino pesquisa e extensão. Estas ações poderiam auxiliar na avaliação e aprimoramento do Programa de Assistência Estudantil, apoiar os estudantes pedagogicamente e em atividades de esporte e lazer.

Eu penso que o IFMG como um todo, que haja agora projetos que sejam vinculados a Assistência Estudantil não necessariamente desenvolvidos pela Assistência Estudantil. Projetos que sejam de pesquisa, que sejam projetos de extensão, projetos de ensino que sejam projetos que apoiem ações da Assistência Estudantil até para poder fazer essas avaliações. então assim projetos da tecnologia da informação, projetos que visem o apoio desse estudante que sejam de esporte de lazer, sejam de apoio pedagógico e que a Assistência Estudantil seja uma das ações, mas que ela não seja vista hoje pelo Instituto como a única responsável permanência dos estudantes. Então eu acho que é importante, é um viés que esse novo documento ele está apontando que é da Assistência Estudantil ter uma interface com essas outras políticas que inclusive está previsto no próprio decreto que regulamenta a Assistência Estudantil que ela tenha que ter uma interface com a extensão, com a pesquisa e com o ensino. A gente está caminhando para isso. (E4,2019)

Na etapa de acompanhamento, as principais propostas dos beneficiários são visitas a todos os contemplados com o benefício, fiscalização quanto à forma de uso do recurso recebido e do rendimento escolar dos bolsistas. O edital de seleção para bolsa permanência prevê que caso julgue necessário, o NASIFMG poderá realizar visita domiciliar tendo a finalidade de subsidiar o parecer técnico do assistente social.

Realizar visitas a todos os bolsistas como sugerido requer aumento do número de servidores do campus que atuam no PAE nos setores responsáveis pelo acompanhamento, algo que no momento aparenta inexecutável. Quando há denúncias formais de beneficiários que prestaram informações inverídicas ou falsificaram documentos, essa denúncia é apurada pelo Setor de Serviço Social que caso entenda necessário faz visita a residência do beneficiário.

E4 apresentou sugestões também para ao acompanhamento e avaliação do PAE. No acompanhamento ele sugere uma maior interação entre os responsáveis por esta etapa com os docentes, visando uma ação preventiva caso algum bolsista apresente-se em situação de risco de perder a bolsa. Para a etapa de avaliação, o entrevistado sugere a medição da satisfação dos estudantes com o PAE do IFMG através de um questionário.

Uma articulação também que seja possível ser feita né, entre o Docente e essas equipes que é o que está sendo proposto nesse documento que é uma interação e uma...trabalhar mas com uma prevenção do que propriamente quando necessita de que a ação de chegar quando acontecer alguma coisa ter que intervir, a intervenção direta. (E4, 2019)

Talvez o que a gente precisa agora é de implementar essa política de acompanhamento que até então a gente conseguiu chegar até deferimento das bolsas, que é chegar a bolsa até o aluno.[...] monitorar esse aluno que é assistido para verificar qual que é a questão, a relação do auxílio que ele recebe com a permanência dele no IFMG é uma coisa que a gente precisa avançar de 2019 para lá. (E4, 2019)

[...]outra questão que a gente precisa implementar que é de um questionário de satisfação até para verificar se o caminho que a gente está trilhando de fato está indo de acordo. (E4, 2019)

5.3.5 Quadro-síntese acerca das fragilidades, pontos negativos, positivos e sugestões de melhoria

O **Quadro 9** traz um resumo dos principais pontos apontados pelos servidores responsáveis pela execução do PAE no IFMG-SJE que participaram das entrevistas deste estudo.

Quadro 9: Fragilidades, pontos negativos, positivos e sugestões de melhoria apontados por executores

Pontos Positivos	Pontos Negativos	Sugestões
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descentralização dos recursos orçamentários da Reitoria do IFMG para os campi. ✓ Desvinculação orçamentária do PAE de ações de pesquisa e extensão (a partir de 2015). ✓ Destinação de parte do orçamento do campus para o PAE, além do orçamento próprio do programa. ✓ Participação das assistentes sociais na elaboração dos editais de seleção. ✓ Padronização da metodologia de análise socioeconômica (a partir de 2017). ✓ Informatização de algumas etapas do processo. ✓ Participação de assistentes sociais não pertencentes ao campus nas análises dos pedidos de bolsa. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não participação dos estudantes na etapa de planejamento. ✓ Falta de padronização dos critérios de seleção (até 2016). ✓ Excesso de burocracia na etapa de seleção. ✓ Insuficiência de recursos humanos. ✓ Preenchimento do formulário de solicitação de pagamento em planilhas eletrônicas (até 2016). ✓ Atrasos no repasse de recurso financeiro do Governo Federal. ✓ Dificuldades na apuração da frequência bolsistas (Socioeconômico). ✓ Dificuldades no acompanhamento das atividades realizadas pelos bolsistas (Monitoria/Tutoria). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Informatização dos processos que ainda não são feitos através de softwares específicos. ✓ Melhor divulgação dos editais de seleção. ✓ Antecipação do processo de seleção de bolsistas para viabilizar o pagamento das bolsas no início do ano letivo. ✓ Alteração dos critérios de concessão de bolsas. ✓ Inclusão de entrevista no processo de seleção de bolsista. ✓ Renovação automática de bolsas do ano anterior ✓ Aprimoramento do <i>software</i> SysAE (utilizado para de gestão e execução dos pagamentos de auxílios e bolsas). ✓ Dimensionamento de equipe mínima de profissionais

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Processo de seleção de Monitor/Tutor em duas etapas com prova escrita e entrevista. 		<p>envolvidos no PAE.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação entre a Assistência estudantil e outros setores como pesquisa e extensão.
		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver ferramentas de acompanhamento e avaliação do PAE do IFMG. ✓ Desenvolver meios para incluir os discentes no planejamento do PAE. ✓ Criação de um aplicativo para smartphones para acesso ao SysAE (software de gestão e execução dos pagamentos de auxílios e bolsas). ✓ Fixação de datas para repasse do recurso financeiro do Governo Federal para o IFMG. ✓ Definição de data fixa do pagamento dos benefícios. ✓ Maior interação entre os responsáveis pela etapa de acompanhamento de bolsistas de caráter socioeconômico com os docentes, visando uma ação preventiva. ✓ Medição da satisfação dos estudantes com o PAE do IFMG através de um questionário, visando a avaliação do PAE.

Fonte: Elaborado pelo autor

Algumas instituições federais de ensino têm enfrentado dificuldades na execução do Programa de Assistência Estudantil semelhantes aos pontos negativos do PAE do IFMG-SJE, apontados pelos profissionais responsáveis por sua execução.

Jesus (2016) aponta no Instituto Federal do Norte de Minas morosidade na execução e atendimento ao aluno, além da falta de acompanhamento dos alunos beneficiários, no Instituto Federal Baiano.

Sacramento (2015) alerta que a falta de um sistema informatizado prejudica a realização de ações mais eficazes para o aperfeiçoamento da maneira como ocorre a concessão dos benefícios para os estudantes. No Instituto Federal do Piauí, Oliveira (2016) salienta que as condições para realização dos procedimentos de controle e monitoramento do PAE são dificultadas pela falta de um *software*. Galdino (2016) também apontou dificuldades no acompanhamento das ações da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba.

Reis (2016) indica, em seus estudos, que no Instituto Federal de Brasília atrasos na liberação de recursos e pagamentos, ausência de sistemas de monitoramento e avaliação, falta de pessoal como obstáculos para operacionalização do PAE daquela instituição.

Um das principais alternativas pontadas por estes autores para minimizar o problema é utilização de *software* específico para gestão e execução do Programa de Assistência Estudantil. Além da utilização de *softwares* especializados, outras ações como aumento do número de servidores nas atividades de execução do PNAES (FERNANDES, 2012) e alterações nas metodologias utilizadas (CONCEIÇÃO, 2017; GALDINO, 2016; JESUS, 2016; PINTO, 2015; REIS, 2016, SACRAMENTO 2015) são indicadas para otimizar a execução do PAE nas IFE e melhorar o atendimento prestado aos beneficiários. Questões orçamentárias como aumento no valor destinado ao Programa e agilidade no repasse dos recursos às IFE também são sugeridos por alguns autores (GALDINO, 2016; REIS, 2016; QUEIRÓS, 2015), mas essas situações dependem da Secretaria de Orçamento Federal, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação ficando fora do raio de ação dos IFs.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de execução do PAE adotada no IFMG-SJE, para as bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico concedidas a estudantes dos cursos superiores, no período de 2016 a 2018, foi detalhadamente descrita. Além disso, foram identificados pontos positivos, negativos e possíveis implicações desta metodologia na execução no Programa em questão.

Os resultados das pesquisas demonstram que a hipótese proposta nesta pesquisa é verdadeira, ou seja, a metodologia de execução adotada pelo IFMG-SJE em seu PAE apresenta pontos falhos que contribuem para morosidade do processo e consequente atraso no atendimento ao estudante em situação de vulnerabilidade.

Os principais pontos críticos na metodologia de execução adotada pelo IFMG-SJE, que colaboram para aumentar o tempo demandado para que o estudante receba o benefício concentram-se nas etapas de seleção.

Atualmente, o resultado final da seleção é publicado entre os meses de março e abril, os bolsistas começam a receber o benefício entre abril e maio. As aulas iniciam no mês de fevereiro, os estudantes atendidos pelo programa podem ter dificuldades para se manter no curso até começarem a receber seus benefícios. A instituição deve buscar meios para viabilizar que os beneficiários recebam as bolsas no início do ano letivo.

Na etapa de pagamento os atrasos estão relacionados principalmente ao repasse de recurso financeiro do Governo Federal para o IFMG, as falhas nos processos internos foram reduzidas com o desenvolvimento de um programa computadorizado para execução dos processos desta etapa.

Entre os diversos pontos a serem otimizados visando melhoria nos serviços prestados aos beneficiários, desde a seleção até a avaliação do programa, destacam-se: a participação dos discentes no planejamento do PAE, a demora na seleção de bolsista, o acompanhamento dos bolsistas e a participação dos discentes na avaliação do PAE.

O IFMG tem concentrado esforços para aprimorar a metodologia de execução do PAE, e o principal caminho encontrado para alcançar este objetivo tem sido através da informatização destes processos. Foram desenvolvidos *softwares* específicos para as etapas de seleção e pagamento, sendo o programa computacional da etapa de seleção foi desenvolvido a nível institucional, atendendo todo o IFMG e o relacionado a etapa de pagamento desenvolvido e utilizado apenas no *campus* São João Evangelista.

Essa informatização dos processos foi apontada pelos profissionais responsáveis pela execução do PAE como um dos pontos positivos da metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE. O *software* desenvolvido para gestão e execução da etapa de pagamento do PAE, SysAE (Sistema de Assistência Estudantil do IFMG-SJE), que entrou em operação no ano de 2017, foi apontado como um dos fatores responsáveis por aumentar a eficiência e a eficácia desta etapa. Há uma grande expectativa de que o *software* desenvolvido para a etapa de seleção, que entra em operação em 2019, possa otimizar os processos desta etapa.

Recomenda-se a criação de um *software* que atenda, desde a seleção até a avaliação do PAE no IFMG como um todo, padronizando os procedimentos executados nos *campi* desse instituto. Caso a recomendação anterior não seja possível que o *software* desenvolvido para gestão e execução da etapa de pagamento do PAE do IFMG-SJE seja expandido para os demais *campi* do IFMG.

Os beneficiários do PAE do IFMG-SJE se mostraram satisfeitos com a execução deste programa no *campus*, apenas para os critérios adotados para seleção o grau de satisfação não atingiu 60% entre os participantes da pesquisa, ficando com 56%.

Sugere-se que os gestores da instituição analisem a viabilidade de implantação das seguintes propostas para otimização a operacionalização do PAE do IFMG-SJE:

- Informatização dos processos que ainda não são feitos através de *softwares* específicos; antecipação do processo de seleção de bolsistas para viabilizar o pagamento das bolsas no início do ano letivo;
- Inclusão de entrevista no processo de seleção de bolsista; dimensionamento de equipe mínima de profissionais envolvidos no PAE;
- Desenvolver meios para incluir os discentes no planejamento do PAE;
- Desenvolver ferramentas de acompanhamento e avaliação do PAE do IFMG;
- Maior interação entre os responsáveis pela etapa de acompanhamento de bolsistas de caráter socioeconômico com os docentes, visando uma ação preventiva;
- Avaliação do PAE pelos discentes do IFMG através de um questionário;
- Melhorias no *software* SysAE, conforme apontadas por entrevistadas nos na seção de resultados desta pesquisa.

A presente pesquisa foi importante para demonstrar fragilidades e pontos positivos a metodologia de execução do PAE no IFMG-SJE sob a ótica de seus executores e beneficiários. Foram apontadas proposições para otimização dos processos visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade. Recomenda-se a realização de novas pesquisas para analisar a metodologia de implementação do PAE do IFMG nos demais campi sob o olhar dos profissionais responsáveis pela execução e dos beneficiários.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. C. S. DE. **Avaliação da implementação do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica**. ITAJAÍ/SC: Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Itajaí, 2013.
- ATLAS, B. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-joao-evangelista_mg>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional originalmente publicado no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988.
- _____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF, 2010.
- CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Campinas/SP: Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios**. Pelotas/RS: Dissertação (Mestrado), Universidade Católica de Pelotas, 2013.
- CONCEIÇÃO, L. L. V. DA. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - campus Conceição do Araguaia-PA**. Seropédica/RJ: Dissertação(Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -, 2017.
- CONIF. **Relatório**. Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/38101/1107176/relatorio_assistencia_estudantil_rede_conif_2018.pdf/e938cf11-f719-4121-b27c-657ddecf8ea3>. Acesso em: 8 fev. 2019
- DAL-FARRA; ROSSANO ANDRÉ; LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação : pressupostos teóricos. **Nuances: estudos sobre Educação**, p. 67–80, 2013.
- DANCEY, CHRISTINE P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows**. 3. ed. Tradução Lorí Viali. Porto Alegre: Artemed, 2006.
- DYE, T. R. **Understanding public policy**. 14. ed. USA: Pearson Prentice Hall, 2013.
- FERNANDES, N. G. DE O. **A política de assistência estudantil e o programa nacional de assistência estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. São Paulo/SP: Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.
- FIGUEIREDO-FILHO, D. B.; JÚNIOR, J. A. D. S. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115–146, 2009.
- GALDINO, P. G. **A política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. João Pessoa/PB: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Paraíba, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010.

GRAEFF, B. A. **A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior**. Porto Alegre/RS: Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

IBGE, I. B. DE G. E. E. **CENSO 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-joao-evangelista/panorama>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

IFMG-SJE. **Edital nº05, de 29 de março de 2016**. Processo seletivo para bolsistas de monitoria. São João Evangelista, 2016a.

_____. **Edital nº08, de 08 de abril de 2016**. Processo seletivo para bolsistas de tutoria. São João Evangelista, 2016b.

_____. **Edital nº10/2017, de 14 de março de 2017**. Processo de Seleção de Bolsa Monitoria/Tutoria. São João Evangelista, 2017.

_____. **Edital nº 02, de 12 de janeiro de 2018**. Processo seletivo interno - concessão do auxílio moradia/alojamento. São João Evangelista, 2018a.

_____. **Edital nº 005/2018, de 22 de fevereiro de 2018**. Auxílio alimentação. São João Evangelista, 2018b.

_____. **Edital nº 004/2018, de 20 de fevereiro de 2018**. Processo seletivo para bolsistas de monitoria e tutoria. São João Evangelista, 2018c.

_____. **Relatório**. Departamento de Administração e Planejamento. São João Evangelista/MG, 2018d.

_____. **Relatório**. Setor de Serviço Social. São João Evangelista/MG, 2018e.

IFMG. **Instrução Normativa nº 01, de 10 de fevereiro de 2011**. Institui e normatiza o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG. Belo Horizonte, Brasil, 2011.

_____. **Edital nº32, de 04 de março de 2016**. 1º Processo Seletivo para a concessão de auxílios de caráter socioeconômico do Programa de Assistência Estudantil 2016. Belo Horizonte, 2016.

_____. **Instrução Normativa nº 01, de 20 de março de 2017**. Normatiza, para o ano de 2017, o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG. Belo Horizonte/MG, 2017a.

_____. **Edital nº39, de 08 de março de 2017**. 1º Processo Seletivo para a concessão de auxílios de caráter socioeconômico do Programa de Assistência Estudantil 2017. Belo Horizonte, 2017b.

_____. **Resolução nº 012 de 04 de maio de 2017**. Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão do Exercício de 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2017c.

_____. **Edital nº24, de 26 de fevereiro de 2018**. 1º Processo Seletivo para a concessão de auxílio socioeconômico do Programa de Assistência Estudantil 2018. Belo Horizonte, 2018a.

_____. **Resolução nº 011 de 27 de abril de 2018**. Dispõe sobre a aprovação do Relatório de Gestão do Exercício de 2017 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 2018b.

- JESUS, J. A. DE. **Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES nos Institutos Federais de Educação: um estudo da metodologia de implementação do IFNMG.** Brasília/DF: Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.
- LAKATOS, EVA MARIA; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2010.
- LOTTA, G. S. Agentes de implementação: um olhar para as políticas públicas. **6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 1–23, 2008.
- MACEDO, G. D. **Assistência estudantil no contexto da lei de cotas para o ensino superior (lei nº 12.711/12).**In: CONGRESO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2014. **Anais...**Campina Grande/PB: Realize, 2014
- MAGALHÃES, R. P. DE. **Assistência Estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2013.
- MARTA, O. D. S. **Integração do IFMG: centralização, descentralização e desconcentração.** Belo Horiaonte/MG: Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Empresariais, FUMEC, 2012.
- MARTINS, G. DE A. . **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** São Paulo/SP: Atlas, 2006.
- NASCIMENTO, A. P. L. **Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.** São Cristóvão/SE: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Sergipe, 2014.
- OLIVEIRA, A. M. DE. **A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): a experiência no IFPI.** TERESINA/PI: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Piauí, 2016.
- OLIVEIRA, E. G. DE. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista – MG.** Caratinga: Dissertação (Mestrado), Centro Universitário de Caratinga, 2006.
- OLIVEIRA, M. P. DE. **Ditos e não ditos: como se constitui o sujeito bolsista imerso na política de assistência estudantil (2009-2013).** São Leopoldo/RS: Dissertação (Mestrado) - Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.
- PINTO, G. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil.** Rio de Janeiro/RJ: Tese (Doutorado) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.
- QUEIRÓS, B. T. M. DE. **O programa de assistência e apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFNMG – campus Almenara: um estudo sobre a educação profissional técnica de nível médio.** DIAMANTINA/MG: Dissertação (Mestrado), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2015.
- REIS, E. M. C. DOS. **PNAES: Uma análise da implementação da política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.** Brasília/DF: Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2016.
- ROTH DEUBEL, A.-N. **Políticas públicas - formulación, implementación y evaluación.**

Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

SACRAMENTO, J. N. DO. **A gestão da concessão dos benefícios destinados aos estudantes do Instituto Federal Baiano (IF BAIANO) campus Catu e Reitoria.** Salvador/BA: Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado da Bahia, 2015.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo/SP: Cengage Learning, 2013.

SEGATTO, C. I. Análise da implementação de políticas públicas: o Programa de Alfabetização na Idade Certa em dois municípios cearenses. **Temas de Administração Pública**, v. 4, n. 7, p. 1–16, 2012.

SILVA, A. H.; IVETE; FOSSÁ, M. T. Análise de conteúdo : exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, p. 1–14, 2015.

SOUSA, E. L. DE. **Investigação do Processo de Aplicação das Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Recife/PE: Dissertação (Mestrado), UFPE, 2015.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20–45, 2006.

VARGAS, V. DO C. C. DE. **O uso de questionários em trabalhos científicos.** Disponível em:

<http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2013_2/O_uso_de_questionarios_em_trabalhos_cient%EDficos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil : uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, n. 2009, p. 599–616, 2010.

8 APÊNDICE

Apêndice 1 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) -

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário na pesquisa intitulada “PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES): UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA”. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável pela pesquisa. Em caso de recusa, você não será penalizado.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O objetivo geral da pesquisa será analisar a metodologia e critérios de execução do PAE do IFMG no *campus* São João Evangelista, no que se refere às de bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico concedidas a estudantes dos cursos superiores, no período de 2016 a 2018, sob o olhar dos profissionais responsáveis pela sua execução e dos beneficiários atendidos. Os objetivos específicos desta pesquisa são: descrever a metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE; identificar aspectos relevantes, fragilidades e as implicações da metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE; Investigar a ocorrência de alterações na metodologia de execução do PAE do IFMG-SJE no período de 2016 a 2018, investigar o grau de satisfação dos beneficiários do Programa de Assistência Estudantil no IFMG-SJE em relação à metodologia de execução deste; propor sugestões para melhoria e normalização dos critérios de seleção e procedimentos de aplicação das bolsas do PAE.

A pesquisa é natureza exploratória e descritiva com abordagem quali-quantitativa. Serão utilizadas três técnicas de coleta de dados: análise documental, entrevistas semiestruturadas com servidores do IFMG envolvidos na execução do PAE no *campus* SJE de 2016 a 2018 e questionários aplicados aos discentes atendidos pelo do PAE através de bolsas em que acontece repasse financeiro direto ao beneficiário nesse mesmo período. A participação do sujeito nesta pesquisa envolve uma previsão de riscos mínimos, e será adotados os seguintes procedimentos para minimizar os possíveis riscos:

- Garantia de sigilo do nome do entrevistado e não identificação do nome no questionário;
- Entrevistas em local reservado, com acesso apenas do pesquisador e do entrevistado, com agendamento prévio;
- Transcrição fiel da entrevista.

Os questionários serão aplicados aos beneficiários do PAE com auxílio da plataforma *Google Forms*, enviados via e-mail e/ou redes sociais. As entrevistas semiestruturadas serão presenciais e aplicadas aos profissionais responsáveis pela execução do PAE. Essas entrevistas serão gravadas em áudio, depois transcrita e arquivada em acervo pessoal do pesquisador para servir como suporte para a pesquisa e/ou prova comprobatória e não será divulgada em nenhum meio. Será garantido o sigilo do nome do entrevistado através da de identificação destes.

É reservado ao participante, do questionário e da entrevista, o direito de deixar de responder qualquer pergunta que possa lhe causar constrangimento ou desconforto. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos da área sendo garantido o total sigilo das fontes. Não serão divulgados nomes em nenhuma circunstância durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. Não há riscos previsíveis por participar desta pesquisa.

O principal objetivo do Programa de Assistência Estudantil do IFMG é propiciar aos seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições para permanência

e conclusão dos cursos com desempenho acadêmico satisfatório. Acredita-se que o caminho traçado para alcançar tal objetivo se dá a partir da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais. Para o êxito nesta empreitada é de suma importância que a metodologia e os critérios de implementação do PAE sejam eficientes, seguros e transparentes, e sobretudo, que os estudantes atendidos recebam seus benefícios de forma constante, e sem atrasos. O presente estudo poderá contribuir para otimização dos métodos utilizados no IFMG-SJE, visando aprimorar os serviços prestados aos beneficiários do programa em questão, além de servir como referência para outras Instituições Federais de Ensino, que porventura enfrentem dificuldades semelhantes na execução ao PNAES.

Para outras informações sobre a pesquisa:

Pesquisador responsável: Damião Noel Rocha (damiao.rocha@ifmg.edu.br)

Orientador: Prof. Dr. Tiago Badre Marino (tiagomarin@hotmail.com)

Co-orientador: Prof. Dr. Edmar Geraldo de Oliveira (edmar.oliveira@ifmg.edu.br)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Aceito participar da pesquisa intitulada “PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES): UMA ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – *CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA*”.

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa. Ficou claro que a minha participação é isenta e despesas e que tenho garantia de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo.

São João Evangelista, __/__/2019

Sujeito da pesquisa

Damião Noel Rocha
Pesquisador

CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO DE MENOR COMO SUJEITO

Declaramos que fomos devidamente informados e esclarecidos pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, e caso o menor sinta qualquer desconforto em relação à pesquisa deveremos informar ao pesquisador para que sejam adotadas as precauções necessárias.

Foi-me garantido que poderemos retirar nosso **consentimento** a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Dados do responsável pelo menor Participante da Pesquisa

Nome completo (Legível): _____

Telefone(s): () _____

E-mail: _____

Dados do menor Participante da Pesquisa

Nome completo (Legível): _____

Telefone(s): () _____

E-mail: _____

Eu, _____

Autorizo a realização da pesquisa com o menor:

Assinatura do responsável pelo menor

Assinatura do menor

Damião Noel Rocha
Pesquisador

_____, ____/____/____
Local e data

Apêndice 2 - Roteiro de entrevistas semiestruturada

PARTE 1: APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR E DA PESQUISA

Meu nome é Damião Noel Rocha. Sou mestrando do programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago Badre Marino e co-orientação do Prof. Dr. Edmar Geraldo de Oliveira. Estou coletando dados para a nossa pesquisa. Trata-se de um estudo sobre a metodologia de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *campus* São João Evangelista (IFMG-SJE). O objetivo geral desta pesquisa será analisar a metodologia e critérios de execução do PAE do IFMG no *campus* São João Evangelista, no que se refere às de bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico, concedidas a estudantes dos cursos superiores, no período de 2016 a 2018, sob o olhar dos profissionais responsáveis pela sua execução e dos beneficiários atendidos.

As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Durante a entrevista será utilizado um gravador.

PARTE 2: QUESTÕES

1. Descreva a metodologia utilizada na execução do Programa nas atividades que exerce (processos, etapas, critérios, fluxos, etc).
2. Quais Principais fragilidades e dificuldades encontradas na execução do Programa?
3. Quais pontos positivos na execução do Programa?
4. Houve alterações na forma de execução (etapas, critérios, fluxos) do Programa no IFMG-SJE entre os anos de 2016 a 2018? Caso positivo, quais foram essas alterações?
5. Caso tenha tido alterações elas facilitaram ou dificultaram a execução do PAE no IFMG-SJE? De que forma?
6. O recurso orçamentário disponibilizado é suficiente para custear a Política de Assistência Estudantil no IFMG-SJE? (justifique).
7. Quais pontos/instrumentos podem ser mudados e/ou inseridos para otimizar a operacionalização do Programa?

PARTE 3: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Momento para que o entrevistado apresente algo que não foi tratado durante a entrevista e suas considerações finais.

Apêndice 3 – Questionário Beneficiários

Questionário para os beneficiários do Programa de Assistência Estudantil IFMG-SJE de 2016 a 2018

Prezado(a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa do programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) intitulada "Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): uma análise sobre a implementação no Instituto Federal De Minas Gerais – Campus São João Evangelista".

A pesquisa será desenvolvida pelo mestrando Damião Noel Rocha sob orientação do Prof. Dr. Tiago Badre Marino do Programa de Pós - Graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ e co-orientação do Prof. Dr. Edmar Geraldo de Oliveira do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – campus São João Evangelista (IFMG-SJE).

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a metodologia e critérios de execução do PAE do IFMG no campus São João Evangelista, no que se refere às de bolsas de cunho socioeconômico e de mérito acadêmico, concedidas a estudantes dos cursos superiores, no período de 2016 a 2018, sob o olhar dos profissionais responsáveis pela sua execução e dos beneficiários atendidos. Suas respostas são muito importantes para o sucesso da pesquisa. Não é necessário a identificação para responder este questionário e as informações coletadas serão usadas apenas com o propósito de atender os objetivos da pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) desta pesquisa está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1AMFYIzBXTG79oPWkFZbGyfUm15a0uM5s/view?usp=sharing>

*Obrigatório

1. *

Marque todas que se aplicam.

Estou ciente das condições da pesquisa e aceito participar.

Questões

2. Qual a sua faixa etária *

Marcar apenas uma oval.

- Abaixo de 18 anos
- De 18 a 25 anos
- De 26 a 33 anos
- A partir de 34 anos

3. Qual curso você cursou ou está cursando? *

Marcar apenas uma oval.

- Bacharelado em Administração
- Bacharelado em Agronomia
- Bacharelado em Engenharia Florestal
- Bacharelado em Sistemas de Informação
- Licenciatura em Matemática
- Tecnologia em Silvicultura
- Outro

4. Quanto ao curso você? *

Marcar apenas uma oval.

- Concluiu
- Está cursando
- Desistiu antes de concluir

5. Qual tipo de bolsa você recebe/recebeu (poderá marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Bolsa Permanência 02
- Bolsa Permanência 03
- Bolsa Permanência 04
- Monitoria
- Tutoria
- Auxílio moradia
- Auxílio transporte municipal
- Auxílio creche

6. Por quanto tempo você recebe/recebeu alguma bolsa do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 ano
- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- Mais de 3 anos

7. Entre 2016 e 2018 em qual/quais ano(s) você recebeu alguma bolsa do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE? (poderá marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- 2016
- 2017
- 2018

8. Com relação ao processo de seleção dos bolsistas do Programa de Assistência Estudantil no campus São João Evangelista atribua um valor, na escala de 1(Muito insatisfeito) a 5 (Muito satisfeito) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Muito insatisfeito	2 - Insatisfeito	3 - Indiferente	4 - Satisfeito	5 - Muito satisfeito
Quanto ao prazo para inscrição você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quanto ao preenchimento do questionário socioeconômico você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quanto aos documentos comprobatórios solicitados e o prazo para entrega destes você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quanto aos critérios utilizados para seleção dos bolsistas você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quanto a divulgação do edital e dos resultados você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Com relação ao pagamento das bolsas do Programa de Assistência Estudantil no campus São João Evangelista atribua um valor, na escala de 1(Muito insatisfeito) a 5 (Muito satisfeito) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Muito insatisfeito	2 - Insatisfeito	3 - Indiferente	4 - Satisfeito	5 - Muito satisfeito
Quanto aos valores das bolsas você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quanto regularidade do pagamento (se o pagamento ocorre todos os meses previstos e sem atrasos) você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quanto ao acesso a informação sobre os pagamentos (previsão, valores recebidos, parcelas a receber, etc.) você está?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Em relação ao espaço para participação do estudante no planejamento das ações do Programa de Assistência Estudantil no campus São João Evangelista atribua um valor, na escala de 1(Muito insatisfeito) a 5 (Muito satisfeito) *

Marcar apenas uma oval.

- 1 - Muito insatisfeito
- 2 - Insatisfeito
- 3 - Indiferente
- 4 - Satisfeito
- 5 - Muito satisfeito

11. Em relação a mudanças na execução do Programa de Assistência Estudantil no campus São João Evangelista entre os anos de 2016 a 2018 atribua um valor, na escala de 1(Não sei) a 5 (Mudou para melhor) *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1 - Não Sei	2 - Mudou para pior	3 - Não mudou	4 - Mudou mas não alterou a qualidade do serviço prestado	5 - Mudou para melhor
Prazo para inscrição	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preenchimento do questionário socioeconômico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Documentos comprobatórios solicitados e o prazo para entrega destes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Critérios utilizados para seleção dos bolsista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgação do edital e dos resultados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Valores das bolsas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Regularidade do pagamento (se o pagamento ocorre todos os meses previstos e sem atrasos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a informação sobre os pagamentos (previsão, valores recebidos, parcelas a receber, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espaço para participação do estudante no planejamento das ações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. A contribuição do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE para sua permanência no curso é ? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito baixa

13. Qual sugestão você daria para melhoria da execução do Programa de Assistência Estudantil do IFMG-SJE?

Powered by
 Google Forms

9 ANEXOS

Anexo I – Carta de anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA

CARTA DE ANUÊNCIA (Elaborado de acordo com a Resolução 466/2012-CNS/CONEP)

Aceito os pesquisadores Damião Noel Rocha, Tiago Badre Marino (orientador) e Edmar Geraldo de Oliveira (co-orientador), sob responsabilidade do pesquisador principal Damião Noel Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA/UFRRJ a realizarem pesquisa intitulada **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): Uma análise sobre a implementação no Instituto Federal de Minas Gerais – campus São João Evangelista**, sob orientação do Professor Tiago Badre Marino.

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

São João Evangelista de 27 de setembro de 2018

Assinatura e carimbo do responsável

José Roberto de Paula
Diretor Geral
Port. IFMG: 1329/2015